Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto) 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013 8

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012 9

Demonstração de Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 14

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto) 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013 18

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012 19

Demonstração de Valor Adicionado 20

Comentário do Desempenho 21

Notas Explicativas 33

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 109

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 111

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 112

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576.432
Preferenciais	4.607.026
Total	9.183.458
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2013	Dividendo	31/12/2013	Ordinária		2,46640
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2013	Dividendo	31/12/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	4,59932
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2013	Dividendo	31/12/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	3,76926

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	725.829	833.544
1.01	Ativo Circulante	38.302	112.995
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.219	88.787
1.01.03	Contas a Receber	5.573	3.348
1.01.03.01	Clientes	5.573	3.348
1.01.04	Estoques	887	929
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.780	8.661
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.780	8.661
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.843	11.270
1.01.08.03	Outros	11.843	11.270
1.02	Ativo Não Circulante	687.527	720.549
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.478	4.722
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2	255
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	2	255
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.476	4.467
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.476	4.467
1.02.02	Investimentos	668.251	700.958
1.02.02.01	Participações Societárias	668.251	700.958
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	106.645	104.676
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	505.561	542.579
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	54.291	51.950
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.754	1.753
1.02.03	Imobilizado	14.798	14.869
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.798	14.869

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	725.829	833.544
2.01	Passivo Circulante	45.107	31.941
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	217	127
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	217	127
2.01.02	Fornecedores	2.902	2.972
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.902	2.972
2.01.03	Obrigações Fiscais	586	1.676
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	573	1.616
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	573	1.616
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	40
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	13	20
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	16.962
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	16.962
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	16.962
2.01.05	Outras Obrigações	29.864	960
2.01.05.02	Outros	29.864	960
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	29.794	574
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	70	386
2.01.06	Provisões	11.538	9.244
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.538	9.244
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	11.442	9.148
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	96	96
2.02	Passivo Não Circulante	309.269	374.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	65.712
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	65.712
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	65.712
2.02.02	Outras Obrigações	212.000	212.000
2.02.02.02	Outros	212.000	212.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	212.000	212.000
2.02.03	Tributos Diferidos	97.269	97.269
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.269	97.269
2.03	Patrimônio Líquido	371.453	426.622
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969
2.03.04	Reservas de Lucros	2.051	31.272
2.03.04.01	Reserva Legal	2.051	2.051
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	29.221
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-191.157	-165.240
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	206.534	206.565

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.000	22.338	15.643	23.837
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.886	-14.180	-9.616	-17.885
3.03	Resultado Bruto	3.114	8.158	6.027	5.952
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-42.302	-74.766	4.353	21.853
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.319	-6.313	-2.104	-4.147
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1	77	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.295	-2.338	0	-40
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-36.687	-66.192	6.457	26.040
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-39.188	-66.608	10.380	27.805
3.06	Resultado Financeiro	350	-2.661	660	461
3.06.01	Receitas Financeiras	356	1.211	891	922
3.06.02	Despesas Financeiras	-6	-3.872	-231	-461
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-38.838	-69.269	11.040	28.266
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-2.061	-520	-520
3.08.01	Corrente	0	-2.061	-520	-520
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-38.838	-71.330	10.520	27.746
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-38.838	-71.330	10.520	27.746
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-4,2293	-7,7677	1,1456	3,0214
3.99.01.02	PNA	-4,2293	-7,7677	1,1456	3,0214
3.99.01.03	PNB	-4,2293	-7,7677	1,1456	3,0214
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-4,2293	-7,7677	1,1456	3,0214
3.99.02.02	PNA	-4,2293	-7,7677	1,1456	3,0214
3.99.02.03	PNB	-4,2293	-7,7677	1,1456	3,0214

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-38.838	-71.330	10.520	27.746
4.02	Outros Resultados Abrangentes	121.177	45.413	0	0
4.02.01	Ganho de Equivalência Patrimonial Reflexa - Benefício pós Emprego - CPC 33(R1)	121.177	45.413	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	82.339	-25.917	10.520	27.746

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.010	16.581
6.01.01	Recebimento de Consumidores	22.526	29.478
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	658	131
6.01.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	12.514	17.358
6.01.04	Fornecedores - Materiais e Serviços	-17.231	-24.855
6.01.05	Salários e Encargos Sociais	-4.089	-2.156
6.01.06	Pagamento de Encargos da Dívida	-1.304	-31
6.01.07	Impostos e Contribuições	-3.279	-2.753
6.01.08	Outras Despesas	-785	-591
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-578	-12.904
6.02.01	Aquisição de Investimento	-577	-401
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-1	-12.503
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-85.000	-1.333
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-85.000	-1.333
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-76.568	2.344
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	88.787	3.467
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.219	5.811

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	31.272	0	206.565	591.862
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-165.240	0	-165.240
5.02.01	Perda de Equivalência Patrimonial Reflexa sobre Benefícios pós Emprego Plano Assistencial - BD	0	0	0	-160.424	0	-160.424
5.02.02	Perda de Equivalência Patrimonial Reflexa sobre Benefícios pós Emprego Plano Previdenciário - BD	0	0	0	-4.816	0	-4.816
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	31.272	-165.240	206.565	426.622
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-29.221	0	-31	-29.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-29.221	0	0	-29.221
5.04.08	Perda na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	-31	-31
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.917	0	-25.917
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.330	0	-71.330
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	45.413	0	45.413
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	45.413	0	45.413
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	2.051	-191.157	206.534	371.453

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-69.344	0	-69.344
5.02.01	Perda de Equivalência Patrimonial Reflexa sobre Benefícios pós Emprego - Plano Assitencial BD	0	0	0	-69.344	0	-69.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-122.649	187.970	448.971
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.746	0	27.746
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.746	0	27.746
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-94.903	187.970	476.717

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	25.170	26.928
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	25.170	26.928
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.754	-21.335
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.519	-21.331
7.02.04	Outros	-2.235	-4
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.416	5.593
7.04	Retenções	-71	-30
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71	-30
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.345	5.563
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-64.981	26.962
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-66.192	26.040
7.06.02	Receitas Financeiras	1.211	922
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-60.636	32.525
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-60.636	32.525
7.08.01	Pessoal	1.796	570
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.700	553
7.08.01.02	Benefícios	96	17
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.990	3.728
7.08.02.01	Federais	4.486	3.189
7.08.02.02	Estaduais	504	539
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.908	481
7.08.03.01	Juros	3.873	461
7.08.03.02	Aluguéis	35	20
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-71.330	27.746
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-71.330	27.746

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	2.296.397	2.392.538
1.01	Ativo Circulante	455.047	568.250
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	84.179	182.290
1.01.02	Aplicações Financeiras	566	9.805
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	566	9.805
1.01.03	Contas a Receber	268.646	308.138
1.01.03.01	Clientes	268.646	308.138
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	268.646	308.138
1.01.04	Estoques	12.792	8.540
1.01.06	Tributos a Recuperar	34.533	25.372
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	34.533	25.372
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	54.331	34.105
1.01.08.03	Outros	54.331	34.105
1.02	Ativo Não Circulante	1.841.350	1.824.288
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	724.628	745.029
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.169	1.179
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	1.169	1.179
1.02.01.03	Contas a Receber	66.727	98.462
1.02.01.03.01	Clientes	66.727	98.462
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.897	8.897
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	8.897	8.897
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	647.835	636.491
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.714	1.714
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	8.972	11.768
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	636.642	622.486
1.02.01.09.09	Demais Créditos	507	523
1.02.02	Investimentos	665.150	659.951
1.02.02.01	Participações Societárias	390.750	385.551
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	388.996	383.798
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.754	1.753
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	274.400	274.400
1.02.03	Imobilizado	118.259	118.492
1.02.04	Intangível	333.313	300.816

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	2.296.397	2.392.538
2.01	Passivo Circulante	724.039	609.403
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.496	29.004
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.496	29.004
2.01.02	Fornecedores	216.992	169.434
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	216.992	169.434
2.01.03	Obrigações Fiscais	104.834	98.757
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.056	22.007
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.438	4.803
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	11.618	17.204
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	85.668	75.831
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.110	919
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	108.252	103.269
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	108.252	103.269
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	108.252	103.269
2.01.05	Outras Obrigações	250.507	196.015
2.01.05.02	Outros	250.507	196.015
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	45.285	14.811
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	123.911	99.387
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	59.821	56.126
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	21.490	25.691
2.01.06	Provisões	15.958	12.924
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.958	12.924
2.02	Passivo Não Circulante	971.225	1.126.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	187.637	289.821
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	187.637	289.821
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	187.637	289.821
2.02.02	Outras Obrigações	607.066	659.158
2.02.02.02	Outros	607.066	659.158
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	269.658	328.920
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	118.206	109.881
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	219.202	220.357
2.02.03	Tributos Diferidos	134.094	136.157
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	134.094	136.157
2.02.04	Provisões	42.428	41.253
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.428	41.253
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.684	2.603
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	5.668	5.710
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	34.076	32.940
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	601.133	656.746
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969
2.03.04	Reservas de Lucros	2.051	31.272
2.03.04.01	Reserva Legal	2.051	2.051
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	29.221

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-191.157	-165.240
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	206.534	206.565
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	229.680	230.124

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	455.721	834.132	387.207	744.665
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-387.850	-732.787	-297.742	-588.203
3.02.01	Custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda	-270.135	-519.623	-207.027	-407.450
3.02.02	Custo de Operação	-109.094	-196.460	-79.917	-160.481
3.02.03	Custo do Serviços Prestado a Terceiros	-8.621	-16.704	-10.798	-20.272
3.03	Resultado Bruto	67.871	101.345	89.465	156.462
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-91.618	-145.126	-64.747	-94.275
3.04.01	Despesas com Vendas	-49.438	-65.173	-18.624	-21.038
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-50.215	-90.464	-44.741	-83.619
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	17.797	34.041	9.193	32.148
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17.778	-34.532	-17.148	-29.379
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.016	11.002	6.573	7.613
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-23.747	-43.781	24.718	62.187
3.06	Resultado Financeiro	-5.813	-12.732	-9.150	-17.518
3.06.01	Receitas Financeiras	6.724	15.925	8.089	19.202
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.537	-28.657	-17.239	-36.720
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-29.560	-56.513	15.568	44.669
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.744	-8.742	468	-7.192
3.08.01	Corrente	-4.744	-8.742	-9.171	-18.438
3.08.02	Diferido	0	0	9.639	11.246
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-34.304	-65.255	16.036	37.477
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-34.304	-65.255	16.036	37.477
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-38.838	-71.330	10.520	27.746
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.534	6.075	5.516	9.731
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-4,2293	-7,7677	1,1456	3,0214
3.99.01.02	PNA	-4,2293	-7,7677	1,1456	3,0214

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.99.01.03	PNB	-4,2293	7,7677	1,1456	3,0214
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-4,2293	-7,7677	1,1456	3,0214
3.99.02.02	PNA	-4,2293	-7,7677	1,1456	3,0214
3.99.02.03	PNB	-4,2293	-7,7677	1,1456	3,0214

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-34.304	-65.255	16.036	37.477
4.02	Outros Resultados Abrangentes	121.177	45.413	0	0
4.02.01	Ganho de Equivalência Patrimonial sobre Benefícios pós Emprego - BD	121.177	45.413	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	86.873	-19.842	16.036	37.477
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	82.339	-25.917	10.520	27.746
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.534	6.075	5.516	9.731

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	40.778	-23.065
6.01.01	Recebimento de Consumidores	1.226.501	1.163.548
6.01.02	Resgate do Fundo de Aplicação - FIP Corumbá	3.760	0
6.01.03	Rendimento de Aplicações Financeiras	8.007	1.307
6.01.04	Ressarcimento do Custo de Energia - Recursos da CDE	53.548	0
6.01.05	Liberação de Garantia - CCEE	11.633	0
6.01.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.830	2.142
6.01.07	Outros Recebimentos	6	475
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-117.537	-128.925
6.01.09	Fornecedores - Energia Elétrica	-690.867	-466.555
6.01.10	Contribuição de Iluminação Pública	-39.500	-75.540
6.01.11	Salários e Encargos Sociais	-130.739	-117.275
6.01.12	Pagamentos de Encargos da Dívida	-13.640	-20.960
6.01.13	Impostos e Contribuições	-231.529	-267.845
6.01.14	Encargos Setoriais	-20.553	-87.280
6.01.15	Constituição de Caução - CCEE	-8.527	0
6.01.16	Outras Despesas	-11.615	-26.157
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-34.521	38.624
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-33.943	-16.510
6.02.02	Aquisição de Investimento	-577	-401
6.02.03	Alienação de Imobilizado	0	55.538
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-1	-3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-104.368	-27.629
6.03.01	Dividendos a Juros sobre Capital Próprio Pagos	-5.267	-14.284
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	31.000	52.547
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-130.101	-65.892
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-98.111	-12.070
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	182.290	65.130
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	84.179	53.060

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	31.272	0	206.565	591.862	230.124	821.986
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-165.240	0	-165.240	0	-165.240
5.02.01	Perda de Equivalência Patrimonial Reflexa sobre Benefícios pós Emprego Plano Assistencial - BD	0	0	0	-160.424	0	-160.424	0	-160.424
5.02.02	Perda de Equivalência Patrimonial Reflexa sobre Benefícios pós Emprego Plano Previdenciário - BD	0	0	0	-4.816	0	-4.816	0	-4.816
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	31.272	-165.240	206.565	426.622	230.124	656.746
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-29.221	0	-31	-29.252	-6.519	-35.771
5.04.06	Dividendos	0	0	-29.221	0	0	-29.221	-6.519	-35.740
5.04.08	Perda na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	-31	-31	0	-31
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.917	0	-25.917	6.075	-19.842
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.330	0	-71.330	6.075	-65.255
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	45.413	0	45.413	0	45.413
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	45.413	0	45.413	0	45.413
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	2.051	-191.157	206.534	371.453	229.680	601.133

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315	227.716	746.031
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-69.344	0	-69.344	0	-69.344
5.02.01	Perda de Equivalência Patrimonial Reflexa sobre Benefícios pós Emprego Plano Assistencial - BD	0	0	0	-69.344	0	-69.344	0	-69.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-122.649	187.970	448.971	227.716	676.687
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.746	0	27.746	9.731	37.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.746	0	27.746	9.731	37.477
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-94.903	187.970	476.717	237.447	714.164

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	1.103.252	1.164.124
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.138.332	1.142.899
7.01.02	Outras Receitas	-13	14.279
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-35.067	6.946
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-721.413	-577.522
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-519.623	-407.450
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-182.453	-145.924
7.02.04	Outros	-19.337	-24.148
7.03	Valor Adicionado Bruto	381.839	586.602
7.04	Retenções	-24.692	-21.350
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.692	-21.350
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	357.147	565.252
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.927	26.815
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.002	7.613
7.06.02	Receitas Financeiras	15.925	19.202
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	384.074	592.067
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	384.074	592.067
7.08.01	Pessoal	90.253	84.484
7.08.01.01	Remuneração Direta	62.695	60.537
7.08.01.02	Benefícios	27.558	23.947
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	310.777	407.963
7.08.02.01	Federais	131.601	208.791
7.08.02.02	Estaduais	179.176	199.172
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.299	62.143
7.08.03.01	Juros	28.657	36.720
7.08.03.02	Aluguéis	19.642	25.423
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-65.255	37.477
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-71.330	27.746
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	6.075	9.731

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
2º Trimestre de 2013 1

O relatório de desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília – CEB e suas controladas descritas na nota explicativa nº. 1 das informações trimestrais de 30/06/2013.

DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

Quantidade de Consumidores por Classe

Classe de Consumidores	Consumidores			Δ Trim.	Δ Ano
	2T13	1T13	2T12		
Residencial	805.146	797.659	776.085	0,94%	3,74%
Comercial	103.462	102.640	101.216	0,80%	2,22%
Rural	9.820	9.856	9.649	(0,37%)	1,77%
Poder Publico	5.262	5.228	5.305	0,65%	(0,81%)
Industrial	1.703	1.708	1.716	(0,29%)	(0,76%)
Serviço Público	281	309	291	(9,06%)	(3,44%)
Iluminação Pública	19	19	19		
(=) Fornecimento Faturado	**925.693**	**917.419**	**894.281**	**0,90%**	**3,51%**
Consumo Próprio	46	47	47	**(2,13%)**	**(2,13%)**
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	**925.739**	**917.466**	**894.328**	**0,90%**	**3,51%**

Classe de Consumidores	Trimestre							
	MWh			Δ Trim.	Δ Ano	MWh		Δ Ano
	2T13	1T13	2T12			1S13	1S12	
Residencial	540.083	534.348	528.822	1,07%	2,13%	1.074.431	1.022.498	5,08%
Comercial	493.832	489.148	484.361	0,96%	1,96%	982.980	940.743	4,49%
Poder Publico	154.190	153.249	152.801	0,61%	0,91%	307.439	293.516	4,74%
Iluminação Pública	100.636	99.157	96.133	1,49%	4,68%	199.793	189.584	5,38%
Serviço Público	64.946	95.601	83.928	(32,07%)	(22,62%)	160.547	162.992	(1,50%)
Industrial	60.147	60.948	60.404	(1,31%)	(0,43%)	121.095	118.315	2,35%
Rural	34.766	30.349	32.231	14,55%	7,87%	65.115	61.735	5,48%
(=) Fornecimento Faturado	**1.448.600**	**1.462.800**	**1.438.680**	**(0,97%)**	**0,69%**	**2.911.400**	**2.789.383**	**4,37%**
Consumo Próprio	**470**	**480**	**468**	**(2,08%)**	**0,43%**	**950**	**919**	**3,37%**
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	**1.449.070**	**1.463.280**	**1.439.148**	**(0,97%)**	**0,69%**	**2.912.350**	**2.790.302**	**4,37%**

No 2T13 a base de consumidores apresentou um aumento de 3,51% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao 1T13 o aumento foi de 0,90%, atingido um total de 925.693 mil consumidores (desconsiderando o Consumo Próprio) ao final do 2T13. Do total de Consumidores no final do 2T13, 87% pertencia à classe Residencial e 11% à classe Comercial. Os demais consumidores representavam 2%.

A quantidade de energia vendida no 2T13 atingiu 1.448.600 MWh (desconsiderando o Consumo Próprio) e apresentou um crescimento de 0,69% quando comparado ao 2T12 (1.438.680 MWh). Em comparação ao 1T13 ocorreu uma redução de 0,97% (1.462.800 MWh).

Comentário do Desempenho

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A Receita Operacional Bruta consolidada no 2T13 totalizou R$ 600,3 milhões, R$ 7,5 milhões superior a receita obtida no 2T12 (1,3%). Em relação ao 1T13 apresentou um acréscimo de R$ 67,4 milhões (12,7%). Desconsiderando a Receita de Construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta foi de R$ 537,8 milhões, uma redução de R$ 22,7 milhões (-4,0%) quando comparado ao 2T12 e em relação ao 1T13 ocorreu um aumento de R$ 45,9 milhões (9,3%).

	Trimestres							
Receita Bruta - R$ Mil	**2T13**	**1T13**	**2T12**	**Δ Trim.**	**Δ Ano**	**1S13**	**1S12**	**Δ Ano**
Fornecimento de Energia Elétrica	421.064	447.429	506.370	(5,9%)	(16,8%)	868.493	986.989	(12,0%)
Receita de Construção	62.444	40.983	32.210	52,4%	93,9%	103.427	63.442	63,0%
Energia de Curto Prazo	86.572	9.302	7.182	830,7%	1.105,4%	95.874	14.613	556,1%
Receita de Prestação de Serviços	12.053	14.449	18.865	(16,6%)	(36,1%)	26.502	29.392	(9,8%)
Suprimento de Energia	6.881	7.135	10.833	(3,6%)	(36,5%)	14.016	14.416	(2,8%)
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	3.563	5.881	9.204	(39,4%)	(61,3%)	9.444	18.299	(48,4%)
Receita de Venda de Gás	1.499	1.338	1.673	12,0%	(10,4%)	2.837	3.342	(15,1%)
Outras Receitas	6.246	6.359	6.450	(1,8%)	(3,2%)	12.605	12.406	1,6%
Receita Operacional Bruta	**600.322**	**532.876**	**592.787**	**12,7%**	**1,3%**	**1.133.198**	**1.142.899**	**(0,8%)**
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(144.601)**	**(154.465)**	**(205.580)**	**(6,4%)**	**(29,7%)**	**(299.066)**	**(398.234)**	**(24,9%)**
Receita Operacional Líquida	**455.721**	**378.411**	**387.207**	**20,4%**	**17,7%**	**834.132**	**744.665**	**12,0%**

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

No 2T13 a receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R$ 421,0 milhões, R$ 85,3 milhões (-16,8%) menor que a obtida no 2T12 e R$ 26,3 milhões (-5,9%) inferior na comparação com o 1T13. O físico faturado em MWh no 2T13 apresentou-se estável em relação ao faturado no 1T13 e 2T12, -0,97% e 0,69%, respectivamente. A queda na Receita de Fornecimento de Energia Elétrica está diretamente ligada às medidas de redução do preço da energia a dotada pelo governo federal. Para a CED Distribuição S.A o percentual de redução foi de 17,38%, que foi a média da redução da receita regulatória, considerada para o calculo da revisão tarifária extraordinária – RTE que ocorreu em 24/01/2013.

RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Apresentou uma queda de R$ 6,8 milhões (-36,1%) no 2T13 em relação à receita gerada no 2T12. Na comparação com o 1T13 a redução foi de R$ 2,3 milhões (-16,6%), as reduções foram motivadas pelo menor nível de obras realizadas no período e pelo processo de renovação dos contratos de obras com o Governo do Distrito Federal.

SUPRIMENTO DE ENERGIA

A receita de Suprimento de Energia no 2T13 foi de R$ 6,8 milhões (R$ 10,8 milhões no 2T12). Em relação ao 1T13, apresentou uma redução de R$ 0,2 milhão (-3,56%).

ENERGIA DE CURTO PRAZO

A receita de Energia de Curto Prazo no 2T13 foi de 86,6 milhões, R$ 79,5 milhões superior a receita obtida no 2T12 (R$ 7,2 milhões), com relação ao 1T13 o aumento foi R$ 77,3 milhões (R$ 9,3 milhões). A elevação da receita está ligada a maior sobra de energia para comercialização na CCEE em função da redução do consumo e o aumento do preço médio PLD por MWh praticados quando comparado com o 2T12 (R$ 207,62 no 2T13 e R$ 118,49 no 2T12 – valores e reais). Com relação ao 1T13 o aumento ocorreu basicamente pela maior sobra de

energia contratada e não consumida nos meses de maio e junho em função redução do consumo e a liberação da informação da energia vendida nos meses de fevereiro (R$ 10,6 milhões) e março (R$ 6,1 milhões) na CCEE estarem disponíveis para registro somente no mês de abril. No 1S13 a receita de Energia de Curto Prazo totalizou R$ 95,8 milhões (R$ 14,6 milhões no 1S12).

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A redução das Deduções da Receita Operacional Bruta no 2T13 em relação ao 2T12 foi R$ 60,9 milhões (-29,7%). Quando comparado com o 1T13 esta redução foi de R$ 9,8 milhões (-6,4%). A redução das deduções está ligada os seguintes eventos:

- ✓ redução da receita de fornecimento de energia elétrica, que foi afetada pelas ações do governo federal para redução do preços cobrados aos consumidores;

- ✓ redução dos encargos de CDE e extinção da cobrança do encargo de RGR que ocorreram por determinação do governo federal.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Líquida apresentou um crescimento de R$ 68,5 milhões (17,7%) na comparação com o mesmo período do ano anterior atingido um total de R$ 455,7 milhões (R$ 387,2 milhões no 2T12). Com relação ao 1T13 a Receita Líquida do 2T13 foi R$ 77,3 milhões (20,4%) superior. Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão, a Receita Líquida foi de R$ 393,2 milhões, um aumento de R$ 38,8 milhões (10,8%) quando comparado ao 2T12 e em relação ao 1T13 o crescimento foi de R$ 55,8 milhões (16,6%), motivada pelo aumento da Receita de Energia de Curto Prazo.

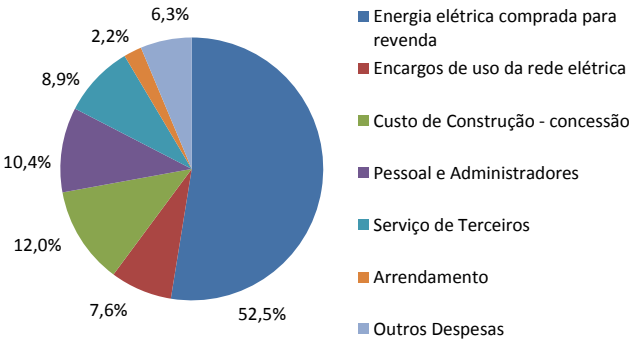
Comentário do Desempenho

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCETO DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO)

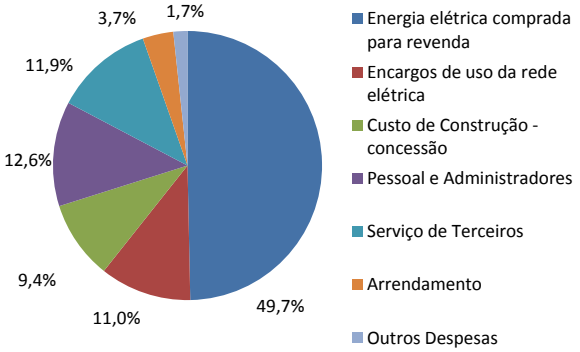
Os custos e despesas operacionais consolidados, que desconsideram as depreciações e amortizações do período totalizaram no 2T13 R$ 475,0 milhões, um aumento de R$ 86,2 milhões (22,2%) em relação ao 1T13. Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido a receita correspondente no mesmo valor), os custos e despesas operacionais seriam de R$ 412,5 milhões, um aumento de R$ 64,8 milhões (18,6%) quando comparado ao 1T13 e em relação ao 2T12 ocorreu um aumento de R$ 93,6 milhões (29,4%). Os custos e despesas operacionais ao final do 1ST13 desconsiderando o custo da construção – concessão totalizou R$ 760,3 milhões (R$ 608,0 milhões no 1S12).

	Trimestres							
R$ Mil	**2T13**	**1T13**	**2T12**	**Δ Trim.**	**Δ Ano**	**1S13**	**1S12**	**Δ Ano**
Custo da Energia Comprada								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(240.007)	(206.082)	(143.058)	16,5%	67,8%	(446.089)	(298.697)	49,3%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(43.225)	(22.507)	(65.919)	92,1%	(34,4%)	(65.732)	(73.884)	(11,0%)
Energia Elétrica Comprada para Rrevenda - Curto Prazo	(35.577)	(20.899)	1.950	70,2%	(1.924,5%)	(56.476)	(34.869)	62,0%
Ressarcimento de Recursos da CDE	48.674					48.674		
Subtotal	**(270.135)**	**(249.488)**	**(207.027)**	**8,3%**	**30,5%**	**(519.623)**	**(407.450)**	**27,5%**
Demais Custos e Despesas Operacionais								
Custo de Construção - Concessão	(62.444)	(40.983)	(32.210)	52,4%	93,9%	(103.427)	(63.442)	63,0%
Pessoal e Administradores	(46.364)	(40.348)	(43.636)	14,9%	6,3%	(86.712)	(81.243)	6,7%
Serviço de Terceiros	(40.822)	(35.846)	(41.322)	13,9%	(1,2%)	(76.668)	(79.978)	(4,1%)
Arrendamento	(9.596)	(9.597)	(12.403)	(0,0%)	(22,6%)	(19.193)	(24.806)	(22,6%)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	(1.432)	(1.786)	(1.344)	(19,8%)	6,5%	(3.218)	(3.560)	(9,6%)
Entidade de Previdência Privada	(1.852)	(1.689)	(1.732)	9,7%	6,9%	(3.541)	(3.241)	9,3%
(Provisão)/Reversão/Perdas de Devedores Duvidosos	(33.774)	(1.292)	(4.806)	2.514,1%	602,7%	(35.066)	6.946	(604,8%)
Gás Comprado para Revenda	(1.083)	(966)	(1.181)	12,1%	(8,3%)	(2.049)	(2.386)	(14,1%)
Material	(1.425)	(933)	(1.361)	52,7%	4,7%	(2.358)	(2.843)	(17,1%)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(916)	(916)	(798)		14,8%	(1.832)	(1.596)	14,8%
Outras Despesas	(5.170)	(4.875)	(3.300)	6,1%	56,7%	(10.045)	(7.910)	27,0%
Subtotal	**(204.878)**	**(139.231)**	**(144.093)**	**47,1%**	**42,2%**	**(344.109)**	**(264.059)**	**30,3%**
Total	**(475.013)**	**(388.719)**	**(351.120)**	**22,2%**	**35,3%**	**(863.732)**	**(671.509)**	**28,6%**

1S13



1S12



Comentário do Desempenho

O aumento de 27,0% em relação ao 2T12 deve-se principalmente ao crescimento dos custos/despesas a seguir:

- ✓ **Custo da Energia Elétrica Comprada para Revenda**: apresentou no 2T13 um crescimento de R$ 63,1 milhões (30,4%) em relação ao 2T12. Com relação ao 1T13, o custo da energia aumentou em R$ 20,6 milhões (8,2%). O acréscimo verificado na comparação com o 2T12 foi fortemente impactado pelos contratos por disponibilidade, cujas usinas são termelétricas com um custo bem mais elevado e são despachadas quando há falta de água nos reservatórios. Estes contratos representam cerca de 20% dos contratos da CEB Distribuição e teve um aumento, devido sua parcela variável ser vinculada ao combustível, na ordem de 6 vezes. Os demais contratos foram impactados apenas pelos índices de reajustes anuais (IGPM ou IPCA). O Custo da Energia Comprada para Revenda foi parcialmente amortizado pelo ressarcimento de recursos da CDE pelo Governo Federal de acordo com o Decreto 7891/2013 no montante de R$ 48,6 milhões.

- ✓ **Serviços de Terceiros**: apresentou-se estável com uma variação de apenas R$ 0,5 milhão (1,2%) em relação ao 2T12. Na comparação com o 1T13 houve um crescimento de R$ 4,9 milhões (13,8%), influenciado pelo aumento dos serviços de processamento de dados (R$ 1,8 milhão) e pelo serviço de recebimento de fatura de energia elétrica que foi R$ 1,4 milhão superior ao serviço prestado no 1T13. Os Serviços de Terceiros no 1S13 totalizaram R$ 76,6 milhões (R$ 79,9 milhões no 1S12).

- ✓ **Custo de Construção – Concessão**: apresentou um acréscimo de R$ 30,2 milhões (93,8%) em relação ao 2T12. Este item não impacta o resultado, devido à receita de construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.

- ✓ **Provisão para Devedores Duvidosos/Perdas**: No 2T13 a PDD apresentou-se um crescimento de R$ 28,9 milhões (602,7%) em relação ao 2T12, na comparação com o 1T13, o aumento foi de R$ 32,4 milhões (2.514,1%). O aumento foi motivado pela contabilização de perdas com contas receber por prescrição de créditos com o Governo do Distrito Federal no montante de R$ 28,9 milhões.

- ✓ **Pessoal e Administradores**: apresentou no 2T13 um aumento de R$ 2,7 milhões (6,2%) em relação ao 2T12. A variação ocorreu em função do reajuste salarial no 4T12 com a aprovação do acordo coletivo. O aumento concedido aos colaboradores do Grupo CEB foi de INPC (5,99%) mais ganho real de 1%. Na comparação com o 1T13 o acréscimo deveu-se pelo pagamento de verbas (ticket alimentação) negociadas no acordo coletivo e pagas no mês de abril.

- ✓ **Arrendamento**: Apresentou uma redução de R$ 2,8 milhões (-22,6%) na comparação com o 2T12 com um montante de R$ 19,1 milhões no final do 2T13. A queda na despesa de arrendamento ocorreu pela revisão anual do contrato firmado entre a Investco S.A. e a Controlada CEB Lajeado S.A.

DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO

A despesa com Depreciação e Amortização foi R$ 12,4 milhões no 2T13, um acréscimo de R$ 2,5 milhões (25,0%) na comparação com o 2T12.

	Trimestre							
R$ mil	**2T13**	**1T13**	**2T12**	**Δ Trim.**	**Δ Ano**	**1S13**	**1S12**	**Δ Ano**
Depreciação/Amortização	12.490	12.202	9.986	2,36%	25,08%	24.692	21.350	15,65%

Comentário do Desempenho

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Apresentou um ganho liquido de R$ 0,2 milhão no 2T13 contra uma perda de R$ 7,9 milhões no 2T12. A principal variação nesta rubrica no período comparado foi a Reversão da Provisão de Participação nos Lucros constituída no 4T12 no montante de R$ 4,2 milhões. Os itens que compõem a rubrica não apresentaram variações relevantes.

	Trimestres							
R$ mil								
Outras Receitas Operacionais	**1T13**	**1T13**	**2T12**	**Δ Trim.**	**Δ Ano**	**1S13**	**1S12**	**Δ Ano**
Outras Receitas Operacionais								
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	8.546	6.770	7.489	26,2%	14,1%	15.316	12.958	18,2%
Ressarcimento CCEARs	1.375	5.319		(74,1%)		6.694		
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	2.736	2.397	276	14,1%	891,3%	5.133	2.691	90,7%
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros	4.296					4.296		
Reversão de Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórios	721	1.069	102	(32,6%)	606,9%	1.790	2.199	(18,6%)
Ganho na Baixa de Bens	7	(20)	1.304	(135,0%)	(99,5%)	(13)	14.279	(100,1%)
Outras Receitas	116	709	21	(83,6%)	452,4%	825	21	
Total	**17.797**	**16.244**	**9.192**	**9,6%**	**93,6%**	**34.041**	**32.148**	**5,9%**
Outras Despesas Operacionais								
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(9.549)	(9.548)	(7.730)	0,0%	23,5%	(19.097)	(15.460)	23,5%
Compensação de Descontinuidade de Energia	(4.875)	(3.983)	(5.419)	22,4%	(10,0%)	(8.858)	(7.535)	17,6%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórios	(3.933)	(2.058)	(2.269)	91,1%	73,3%	(5.990)	(3.381)	77,2%
Multas ANEEL	(251)	(275)	(1.493)	(8,7%)	(83,2%)	(526)	(2.045)	(74,3%)
Outras Despesas	830	(890)	(237)	(193,3%)	(450,2%)	(61)	(958)	(93,6%)
Total	**(17.778)**	**(16.754)**	**(17.148)**	**6,1%**	**3,7%**	**(34.532)**	**(29.379)**	**17,5%**
Outras Receitas e Despesas Operacionais	**19**	**(510)**	**(7.956)**	**(103,9%)**	**(100,3%)**	**(491)**	**2.769**	**(117,7%)**

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro foi negativo no 2T13 no montante de R$ 5,8 milhões, uma redução na perda de R$ 3,3 milhões em relação ao 2T12. No 1T13 o resultado financeiro também foi negativo no valor de R$ 6,9 milhões. O resultado financeiro acumulado até 1S13 apresentou uma redução de 27,3%, sendo que a principal redução ocorreu na rubrica Encargos da Dívida, que totalizou R$ 12,0 milhões no 1S13 contra R$ 18,6 milhões no 1S12, redução de 35,3%. Os demais itens do resultado financeiro não apresentaram variações significativas.

	Trimestres							
R$ mil	**1T13**	**1T13**	**2T12**	**Δ Trim.**	**Δ Ano**	**1S13**	**1S12**	**Δ Ano**
Receitas Financeiras								
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	2.356	3.401	3.074	(30,7%)	(23,4%)	5.757	8.934	(35,6%)
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	3.174	3.082	2.968	3,0%	6,9%	6.256	5.972	4,8%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.067	1.576	1.108	(32,3%)	(3,7%)	2.643	2.030	30,2%
Multas e Penalidades Aplicadas	203	464	439	(56,3%)	(53,8%)	667	1.154	(42,2%)
Outras Receitas Financeiras	(76)	678	500	(111,2%)	(115,2%)	602	1.112	(45,9%)
Total	**6.724**	**9.201**	**8.089**	**(26,9%)**	**(16,9%)**	**15.925**	**19.202**	**(17,1%)**
Despesas Financeiras								
Encargos de Dívidas	(5.469)	(6.580)	(8.561)	(16,9%)	(36,1%)	(12.049)	(18.631)	(35,3%)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(4.603)	(4.880)	(4.605)	(5,7%)	(0,0%)	(9.483)	(11.034)	(14,1%)
Custo de Transação (Empréstimos e Financiamentos)		(2.972)				(2.972)		
Atualização de Benefício pós-Emprego	(1.272)	(1.321)	(1.485)	(3,7%)	(14,3%)	(2.593)	(3.536)	(26,7%)
Outras Despesas Financeiras	(1.193)	(367)	(2.588)	225,1%	(53,9%)	(1.560)	(3.519)	(55,7%)
Total	**(12.537)**	**(16.120)**	**(17.239)**	**(22,2%)**	**(27,3%)**	**(28.657)**	**(36.720)**	**(22,0%)**
Resultado Financeiro	**(5.813)**	**(6.919)**	**(9.150)**	**(16,0%)**	**(36,5%)**	**(12.732)**	**(17.518)**	**(27,32%)**

Comentário do Desempenho

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA não e uma medida definida pelas praticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA ajustado (conforme Instrução CVM n° 527 de 4 de outubro de 2012), excluindo o resultado da venda bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dividas, manutenção de seus investimentos e da capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro. Ambas medidas não devem ser consideradas como alternativas ao lucro operacional e ao fluxo de caixa operacional, na qualidade de indicador de liquidez, para os períodos apresentados. O EBITDA ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas

No 2T13 EBITDA ajustado foi negativo no montante de R$ 11,2 milhões, uma redução de R$ 44,6 milhões (-133,7%) na comparação com o 2T12 (R$ 33,4 milhões). A margem EBITDA ajustada no 2T13 foi de -2,7% contra 8,6% no 2T12. No acumulado do 1S13, o EBITDA ajustado apresentou negativo no montante de R$ 19,0 (R$ 69,2 milhões no 1S12) uma redução de 85,7%. Os principais ofensores da EBITDA no período foram: o Custo da Energia Comprada para Revenda e o registro das perdas com contas a receber do Governo do Distrito Federal por prescrição de crédito.

	Trimestres						
R$ mil	**2T13**	**1T13**	**2T12**	**Δ Trim.**	**Δ Ano**	**1S13**	**1S12**
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	(34.304)	(30.951)	16.036	10,8%	(313,9%)	(65.255)	37.477
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	4.744	3.998	(468)	18,7%	(1.113,7%)	8.742	7.192
(+) Resultado Financeiro	5.813	6.919	9.150	(16,0%)	(36,5%)	12.732	17.518
(+) Depreciação/Amortização	12.490	12.202	9.986	2,4%	25,1%	24.692	21.350
EBITDA	**(11.257)**	**(7.832)**	**34.704**	**43,7%**	**(132,4%)**	**(19.089)**	**83.537**
Itens não Recorrentes							
(-) Ganho na Venda de Bens	**(7)**	**20**	(1.304)	(135,0%)	(99,5%)	**13**	**(14.279)**
EBITDA Ajustado	**(11.264)**	**(7.812)**	**33.400**	**44,2%**	**(133,7%)**	**(19.076)**	**69.258**
Margem EBITDA %	**(2,47)**	**(2,07)**	**8,96**	**19,3%**	**(127,6%)**	**(2,29)**	**11,22**
Margem EBITDA Ajustado %	**(2,47)**	**(2,06)**	**8,63**	**19,7%**	**(128,7%)**	**(2,29)**	**9,30**

PREJUÍZO CONSOLIDADO

O prejuízo consolidado no 2T13 foi de R$ 34,3 milhões, sendo que a parte atribuída ao acionista controlador foi R$ 38,8 milhões (R$ 10,5 milhões de Lucro Líquido no 2T12). Para os acionistas não controladores o valor atribuído foi um Lucro Líquido de R$ 4,5 milhões contra R$ 5,5 milhões no 2T12. No final do 1S13 o prejuízo consolidado foi de R$ 65,2 milhões, deste total, R$ 71,3 milhões foram atribuídos aos acionistas controladores.

	Trimestres						
R$ mil	**2T13**	**1T13**	**2T12**	**Δ Trim.**	**Δ Ano**	**1S13**	**1S12**
Prejuízo Consolidado do Período	(34.304)	(30.951)	16.036	10,83%	(313,92%)	(65.255)	37.477
Margem Líquida	(7,53%)	(8,18%)	4,14%	(7,98%)	(281,76%)	(7,82%)	5,03%
Prejuízo Atribuído aos Controladores	(38.838)	(32.492)	10.520	19,53%	(469,18%)	(71.330)	27.746
Prejuízo por Ação (R$)	-4,22930	-3,53810	1,14554	19,53%	(469,18%)	-7,76770	3,02130

Comentário do Desempenho

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta consolidada apresentou uma redução de R$ 83,9 milhões (-22,9%) em relação junho de 2012. Em comparação com março de 2013, o endividamento a queda foi de R$ 7,6 milhões (-2,5%). A Dívida Líquida em junho de 2013 representava 257,2 EBITDA contra 4,9 em março de 2013 e 1,6 em junho de 2012.

R$ mil	30/06/2013	31/03/2013	30/06/2012	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	108.252	97.558	116.453	11,0%	(7,0%)
Longo Prazo	187.637	206.004	263.347	(8,9%)	(28,7%)
Divida Total	**295.889**	**303.562**	**379.800**	**(2,5%)**	**(22,1%)**
(-) Caixa Disponível (R$ mil)	84.179	77.314	53.060	8,9%	58,6%
= Dívida Líquida (R$ mil)	211.710	226.248	326.740	(6,4%)	(35,2%)
Dívida Líquida / EBITDA	257,2	4,9	1,6	32,6%	312,5%

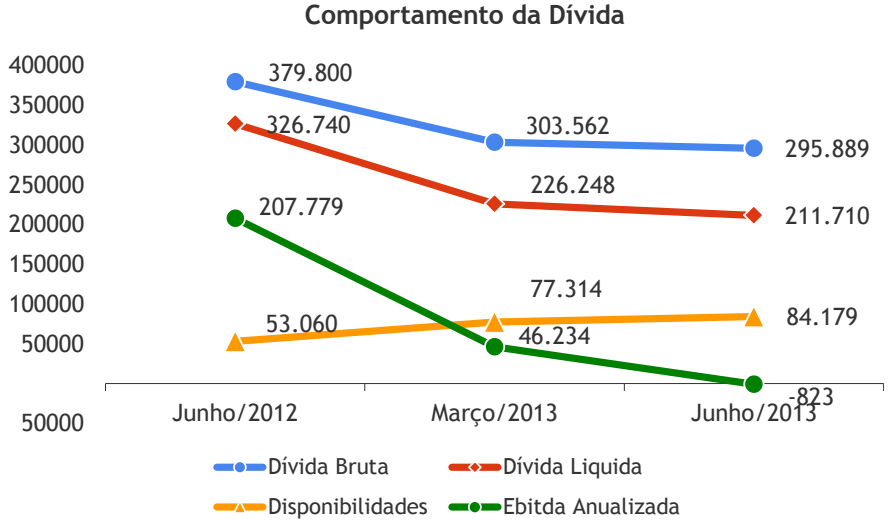
*EBITDA anualizada

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta – R$ mil	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moeda Nacional	73.972	85.900	69.711	22.849	16.434	27.021	295.889

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

R$ mil	1S13	1S12
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2012 e 2011	**393.090**	**392.697**
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	31.000	52.550
Encargos Incorridos no Período	12.566	19.693
Encargos Financeiros Pagos	(13.640)	(20.606)
Amortizações de principal	(130.101)	(64.534)
Custo da Transação	2.974	
Saldo em 30 de junho de 2013 e 2012	**295.889**	**379.800**

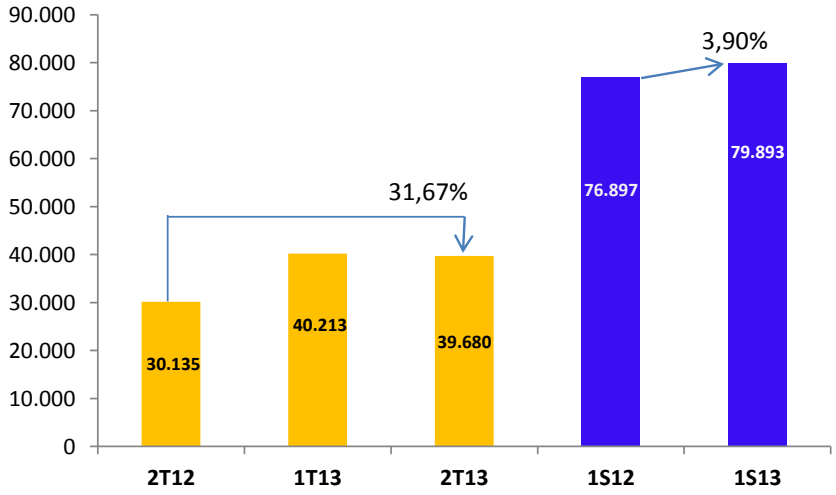


Comentário do Desempenho

CAPEX (SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO)

No 2T13, os investimentos totalizaram R$ 39,6 milhões, apresentando um aumento de R$ 9,5 milhões (31,6%) em relação ao 2T12. Em relação ao 1T13 houve uma redução de 1,3% (40,2 milhões). O investimento total atingiu R$ 79,8 milhões no final do 1S13 (R$ 76,8 no 1S12)

	Trimestres							
R$ mil	**2T13**	**1T13**	**2T12**	**Δ Trim.**	**Δ Ano**	**1S13**	**1S12**	**Δ Ano**
CAPEX	39.680	40.213	30.135	(1,33%)	31,67%	79.893	76.897	3,90%



Comentário do Desempenho

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R$ mil	2T13	1T13	2T12	1S13	1S12
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**600.322**	**532.876**	**592.787**	**1.133.198**	**1.142.899**
Fornecimento de Energia Elétrica	421.064	447.429	506.370	868.493	986.989
Receita de Construção	62.444	40.983	32.210	103.427	63.442
Energia de Curto Prazo	86.572	9.302	7.182	95.874	14.613
Receita de Prestação de Serviços	12.053	14.449	18.865	26.502	29.392
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	3.563	5.881	9.204	9.444	18.299
Suprimento de Energia	6.881	7.135	10.833	14.016	14.416
Receita de Venda de Gás	1.499	1.338	1.673	2.837	3.342
Outras Receitas	6.246	6.359	6.450	12.605	12.406
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**(144.601)**	**(154.465)**	**(205.580)**	**(299.066)**	**(398.234)**
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(136.543)	(142.729)	(157.805)	(279.272)	(303.136)
Encargos do Consumidor	(8.058)	(11.736)	(47.775)	(19.794)	(95.098)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**455.721**	**378.411**	**387.207**	**834.132**	**744.665**
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	**(466.978)**	**(386.243)**	**(352.503)**	**(853.221)**	**(661.128)**
Custo da Energia Comprada	**(270.135)**	**(249.488)**	**(207.027)**	**(519.623)**	**(407.450)**
Energia elétrica comprada para revenda	(240.007)	(206.082)	(143.058)	(446.089)	(298.697)
Encargos de uso da rede elétrica	(43.225)	(22.507)	(65.919)	(65.732)	(73.884)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(35.577)	(20.899)	1.950	(56.476)	(34.869)
Ressarcimento de Recursos da CDE	48.674			48.674	
Demais Custos/Despesas Operacionais, Líquidas	**(196.843)**	**(136.755)**	**(145.476)**	**(333.598)**	**(253.678)**
Pessoal e Administradores	(48.216)	(42.037)	(45.368)	(90.253)	(84.484)
Custo de Construção	(62.444)	(40.983)	(32.210)	(103.427)	(63.442)
Serviços de Terceiros	(40.822)	(35.846)	(41.322)	(76.668)	(79.978)
Arrendamento	(9.596)	(9.597)	(12.403)	(19.193)	(24.806)
(Provisão)/Reversão/Perdas de Devedores Duvidosos	(33.774)	(1.292)	(4.806)	(35.067)	6.946
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórios	(3.211)	(989)	(2.167)	(4.200)	(1.182)
Gás Comprado pra Revenda	(1.083)	(966)	(1.181)	(2.049)	(2.386)
Material	(1.425)	(933)	(1.361)	(2.358)	(2.843)
Equivalência Patrimonial	8.016	2.986	6.573	11.002	7.612
Outras Despesas Operacionais	(21.363)	(22.273)	(20.321)	(43.636)	(39.064)
Outras Receitas Operacionais	17.075	15.175	9.090	32.251	29.949
EBITDA	**(11.257)**	**(7.832)**	**34.704**	**(19.089)**	**83.537**
Margem EBITDA	***-2,47%***	***-2,07%***	***8,96%***	***-2,29%***	***11,22%***
Resultado Financeiro	(5.813)	(6.919)	(9.150)	(12.732)	(17.518)
Depreciação e Amortização	(12.490)	(12.202)	(9.986)	(24.692)	(21.350)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	**(29.560)**	**(26.953)**	**15.568**	**(56.513)**	**44.669**
Deduções Antes dos Tributos	**(4.744)**	**(3.998)**	**468**	**(8.742)**	**(7.192)**
IRPJ/CSLL	(4.744)	(3.998)	468	(8.742)	(7.192)
LUCROS/(PREJUIZO) DO PERÍODO	**(34.304)**	**(30.951)**	**16.036**	**(65.255)**	**37.477**
Atribuível aos Acionistas Controladores	(38.838)	(32.492)	10.520	(71.330)	27.746
Atribuível aos Acionistas não Controladores	4.534	1.541	5.516	6.075	9.731

Comentário do Desempenho

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - R$ mil	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Total Ativo	**2.296.397**	**2.392.538**	**2.133.643**
Circulante	**455.047**	**568.250**	**463.788**
Caixa e Equivalentes de Caixa	84.179	182.290	53.060
Contas a Receber	268.646	308.138	321.305
Aplicações Financeiras	566	9.805	
Estoques	12.792	8.540	9.510
Tributos e Contribuições Compensáveis	34.533	25.372	32.981
Demais Créditos	54.331	34.105	46.932
Não Circulante	**1.841.350**	**1.824.288**	**1.669.855**
Aplicações Financeiras			9.089
Contas a Receber	66.727	98.462	94.295
Depósitos e Bloqueios Judiciais	8.972	11.768	5.348
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.897	8.897	15.439
Bens Mantidos para Venda	1.714	1.714	278.965
Ativo Financeiro Indenizável	636.642	622.486	455.952
Demais Créditos	1.676	1.702	1.651
Investimentos	665.150	659.951	361.374
Imobilizado	118.259	118.492	110.543
Intangível	333.313	300.816	337.199
Total Passivo	**2.296.397**	**2.392.538**	**2.133.643**
Circulante	**724.039**	**609.403**	**640.084**
Fornecedores	216.992	169.434	149.908
Obrigações Tributárias	104.834	98.757	133.008
Encargos Regulatórios	123.911	99.387	114.314
Empréstimos e Financiamentos	108.252	103.269	116.453
Obrigações Societárias	45.285	14.811	9.448
Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.496	29.004	26.100
Benefícios Pós Emprego	59.821	56.126	56.854
Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios	15.958	12.924	10.616
Demais Obrigações	21.490	25.691	23.383
Não Circulante	**971.225**	**1.126.389**	**715.941**
Passivo Fiscal Diferido	134.094	136.157	99.470
Empréstimos e Financiamentos	187.637	289.821	263.347
Benefícios Pós Emprego	269.658	328.920	184.291
Encargos Regulatórios	118.206	109.881	100.923
Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios	42.428	41.253	38.512
Demais Obrigações	219.202	220.357	29.398
Patrimônio Líquido	**601.133**	**656.746**	**777.618**
Atribuído aos acionistas controladores	**371.453**	**426.622**	**546.007**
Capital Social	342.056	342.056	342.056
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969	11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	206.534	206.565	187.941
Reserva de Lucros	2.051	2.051	29.600
Dividendos Adicionais Propostos		29.221	
Prejuízos Acumulados	(191.157)	(165.240)	(25.559)
Atribuído aos acionistas não controladores	**229.680**	**230.124**	**231.611**

Comentário do Desempenho

ANEXO III – RECEITA LIQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES – SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Consumidores	2S13	2S12	1S13	1S12	1S13	1S12
	Consumidores		MWh		R$ mil	
Consumidores						
Residencial	805.146	776.082	1.074.431	1.022.498	349.649	394.170
Industrial	1.703	1.716	121.095	118.315	39.724	46.731
Comercial	103.462	101.216	982.980	940.743	312.169	339.869
Rural	9.820	9.649	65.115	61.735	13.624	14.890
Poder Publico	5.262	5.305	307.439	293.516	101.020	115.496
Iluminação Pública	19	19	199.793	189.584	33.019	35.920
Serviço Público	281	291	160.547	162.992	35.341	39.268
(=) Fornecimento faturado	925.693	894.278	2.911.400	2.789.383	884.546	986.344
Consumo Próprio	46	47	950	919		
Fornecimento Não Faturado Líquido					(24.117)	645
Encargo de Capacidade Emergencial					3	
Ressarcimento de recursos CDE					8.065	
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	925.739	894.325	2.912.350	2.790.302	868.497	986.989
Energia elétrica de curto prazo					94.297	7.197
Disponibilização do Sistema de Distribuição					9.828	18.688
Receita de construção					103.427	63.442
Receita da Prestação de Serviços					1.024	2.132
Arrendamentos e Aluguéis					11.122	10.094
Outras receitas e rendas					1.505	2.333
Total da receita operacional					**1.089.700**	**1.090.875**
Deduções da Receita					**(288.968)**	**(387.403)**
Impostos					**(177.982)**	**(197.928)**
ICMS					(177.410)	(197.382)
ISS					(572)	(546)
Contribuições					**(91.850)**	**(95.041)**
PIS/PASEP					(16.384)	(16.953)
COFINS					(75.466)	(78.088)
Encargos do Consumidor					**(19.136)**	**(94.434)**
Encargo de Capacidade Emergencial					(3)	
Reserva Global de Reversão - RGR						(10.651)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(3.151)	(3.241)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(8.952)	(32.721)
Conta de Consumo de Combustível - CCC					(3.866)	(42.631)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(3.163)	(3.241)
Outros Encargos					(1)	(1.949)
Receita Operacional Líquida					**800.732**	**703.472**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB ("Companhia" ou "CEB") é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, no endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, controlada pelo Governo do Distrito Federal e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Empresa	Atividade	30/06/2013	31/12/2012
Participações diretas			
Em controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
Em controlada em conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	47,57%
Participações indiretas			
Em coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00

a) Controladas

- **CEB Distribuição S.A.** – A CEB Distribuição S.A. ("CEB D") é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital n° 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) **Informações sobre a concessão de distribuição de energia elétrica da CEB D**

A CEB D é detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da CEB D, previstas no contrato de concessão, consistem em:

i) Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação.

ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços.

iii) Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente.

iv) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo ao poder concedente, aos usuários e a terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.

v) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.

vi) Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis.

vii) Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos.

viii) Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade

Notas Explicativas

pública.

ix) Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais conseqüências de seu descumprimento.

x) Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e mais eficiência na prestação dos serviços concedidos.

xi) Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes.

xii) Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição.

xiii) Integrar o Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, operando suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pelo GCOI.

xiv) Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias.

xv) Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias.
Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente que é representado pela ANEEL. Os valores das tarifas são reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A data da última revisão tarifária da CEB D foi no dia 26 de agosto de 2012. Neste processo, a ANEEL procedeu ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da CEB D, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A CEB D também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da CEB D.

Notas Explicativas

Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da CEB D sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

(ii) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D

Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia consistem na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na recuperação de perdas técnicas e comerciais, na implantação do resultado dos estudos para a eficiência empresarial, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão. Assim, as informações contábeis intermediárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação do seu planejamento, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal (GDF), serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

Em consonância com o esforço empresarial e capitalização da CEB Distribuição S.A, a Companhia tem realizado uma agressiva política de cobrança junto aos devedores buscando reduzir substancialmente o seu contas a receber. Estão em andamento ações em conjunto com a Secretaria de Estado de Fazenda para o reconhecimento das dívidas do GDF para com a CEB D e, após definido o montante atual da dívida, buscar-se-á recursos e formas de pagamento.

As ações de cobranças judiciais têm sido monitoradas constantemente pela área jurídica da Companhia com vistas a acelerar o andamento das ações e também a execução dos créditos, quando for o caso.

A Administração da CEB D vem centrando todas as suas atenções e esforços na recuperação da Companhia em conjunto com a acionista Companhia Energética de Brasília – CEB e o majoritário da CEB, Governo do Distrito Federal – GDF. O apoio na recuperação técnica e financeira da Companhia é demonstrado a partir dos recursos aportados em razão do Termo de Compromisso de Subscrição de Ações originário de ato resolutivo da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do suporte à gestão da CEB D.

A Administração tem reduzido o endividamento ao longo dos anos. Novas linhas têm sido buscadas para substituírem empréstimos/financiamentos, de forma a convergir na redução de encargos financeiros.

Ainda relativamente ao tema, a Administração da CEB D estabeleceu, em cumprimento ao seu Plano de Expansão e Melhoria do Sistema de Distribuição consolidado no Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD, compromissos de realizar investimentos estruturantes de forma a garantir energia elétrica com qualidade e confiabilidade exigida para a Capital do País, com o consequente retorno financeiro ao seu acionista.

Como forma de garantir o cumprimento do plano de obras e de outras ações, foi elaborado o Planejamento Estratégico 2012-2015, composto por onze programas estratégicos, cujo objetivo é perseguir a excelência operacional e os mecanismos de gestão da Companhia. Os programas estratégicos definidos são:

Notas Explicativas

1. Melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico.
2. Melhorar o Atendimento.
3. Melhorar a Imagem Institucional.
4. Reduzir os níveis de Perdas.
5. Acompanhar processos relevantes no âmbito da Regulação.
6. Implementar a Gestão de Ativos.
7. Aumentar a Receita.
8. Reduzir a Despesa.
9. Desenvolver compromisso com as Pessoas.
10. Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento.
11. Desenvolver Responsabilidade Social e Ambiental.

No intuito de se obter o compromisso com o atingimento dos objetivos, foram definidas metas e prazos para os indicadores dos programas estratégicos, desdobrando-os em planos de ações assumidos pela CEB D.

Para o gerenciamento e acompanhamento desses projetos e ainda a avaliação dos processos de trabalho atuais de desenvolvimento de novas oportunidades de alavancas financeiras, a Companhia contratou empresa de consultoria técnica externa. O trabalho está em desenvolvimento e abrange toda a cadeia de planejamento e investimentos, incluindo a contabilização dos valores no ativo patrimonial da Companhia.

O plano de ação está sendo executado pelos gerentes de projeto, com a participação da Direção da Companhia, fortalecendo a cadeia de controle do plano e o compromisso com seus resultados.

Assim, com o compromisso de recuperar a empresa distribuidora da Capital Federal, a Administração, o acionista CEB e o GDF corroboram com revitalização econômico-financeira e técnica-operacional com vistas à perenidade da CEB D.

(iii) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579 e Decreto Lei nº 7.805

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012 assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Para as concessões de Distribuição haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão e/ou seus termos aditivos. Adicionalmente, a referida Lei elimina os encargos setoriais CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduz o encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. A ANEEL, com o objetivo de atender as determinações contidas na referida Lei, realizou Revisões Tarifárias Extraordinárias - RTE em janeiro de 2013, sendo que o efeito médio para os consumidores residenciais de baixa tensão da RTE da CEB D foi de 18,11%. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram de 15% a 22%.

Notas Explicativas

Para a CEB D a concessão poderá ser prorrogada, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento aos critérios de racionalidade operacional e econômica.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão e/ou nos termos aditivos. A partir da decisão do Poder Concedente pela prorrogação, a CEB D deverá assinar o contrato de concessão e/ou os termos aditivos no prazo de até trinta dias contados da convocação.

(iv) Revisão Tarifária Extraordinária - RTE

Em 24 de janeiro de 2013, conforme disposto na Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a ANEEL efetuou o cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE para a CEB Distribuição, por meio da Resolução Homologatória Nº 1.446, de 24 de janeiro de 2013 que homologou as novas tarifas de energia para a Companhia, apurando uma redução média de 18,11% para os consumidores residenciais de baixa tensão. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram entre 15% e 22%. A redução média da receita regulatória, considerada para o cálculo da RTE ocorrida em 2013 foi de 17,38%.

- **CEB Geração S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.

(i) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579/12 convertida na Lei nº 12.783/13 e Decreto Lei nº 7.805/12

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 ("MP 579"). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Lei nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação as suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se à mudança para um regime tarifário, com revisões periódicas e quando da renovação haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador. A remuneração dos geradores pela operação e manutenção, deverá ser definida em normatização específica que será elaborada pela ANEEL.

Conforme noticiado pelo Governo, essa medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

Notas Explicativas

(i) eliminação dos encargos setoriais RGE e CCC e redução da CDE, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7%; e

(ii) definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

A subsidiária integral CEB Geração S.A., possui 2 (duas) concessões de geração de energia, conforme descrito a seguir:

(i) UTE Brasília, outorgada pela Portaria do Ministério de Minas Energia - MME no. 255, e termo final da concessão em 7/7/2015. Para essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 15 de outubro de 2012, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM n° 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais, que a subsidiária integral CEB Geração S.A. protocolou no dia 15 de outubro de 2012, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o pedido de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público relativo à Usina Termelétrica de Brasília, conforme consta na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012 e na aprovação na 35ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração S.A.

(ii) UHE Paranoá, outorgada pelo Decreto no. 65.664, de 29/10/69 e prorrogada pela Portaria MME no. 255, e termo final da concessão em 29/10/2019.

Considerando que a concessão da UHE Paranoá expira apenas em 2019, as regras introduzidas pela MP 579 não se aplicam a essa concessão neste momento.

Contingências Jurídicas Dos Terrenos Da Usina Hidrelétrica Do Paranoá

Tramita perante o TJDFT ação judicial (processo nº 115.748-8/2008) proposta por Sandra dos Santos Jacinto Motta Paes contra a CEB Geração S.A, cujo objeto é a instituição de passagem forçada na estrada de acesso a UHE Paranoá. Caso a ação judicial seja julgada procedente, não deverá ensejar despesas de qualquer natureza a Companhia pelo uso da via de acesso. O processo se encontra aguardando a sentença.

Consta também, em tramitação no TJDF o Processo nº 2002.01.1.085001-7, em que a CEB Geração S.A não é parte, onde é questionada da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP parte da propriedade o imóvel onde está localizada a UHE Paranoá pelo espólio de Sebastião de Souza e Silva e Outros, o que vem dificultando a regularização da situação dominial do imóvel pela CEB Geração S.A, não interferindo nas suas atividades de geração de energia.

- **CEB Participações S.A. – CEBPar** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

Notas Explicativas

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG–CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- **CEB Lajeado S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinqüenta e nove vírgula noventa e três por cento) do total das ações e 100% das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) do total das ações e 100% das ações preferenciais da controlada.

  A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da INVESTCO S.A, sobre este capital a CEB Lajeado S.A detém 20% de participação.

  As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado" cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n° 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- **Companhia Brasiliense de Gás – CEBGAS –** sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinqüenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás

A CEB Gás entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

(b) Controlada em conjunto com outros acionistas

- **Energética Corumbá III S.A**. – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

(c) Coligada

- **Corumbá Concessões S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na

Notas Explicativas

condição de produtora independente de energia elétrica. Em 30 de junho de 2013, o Grupo tem uma participação no capital social da empresa de 47,57% (47,57% em 31/12/2012), sendo 45,21% (45,21% em 31/12/2012) de propriedade da CEB e 2,36% (2,36% em 31/12/2012) de propriedade da CEB Participações S.A..

(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Corumbá Concessões S.A.

A Concessionária atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- ✓ Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.
- ✓ Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficientização energética.
- ✓ Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.
- ✓ Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos.
- ✓ Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.
- ✓ Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).
- ✓ Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica.

A Administração entende que o excesso de passivo circulante, no montante de R$ 19.681 em 30 de junho de 2013 (R$ 16.835 em 31/12/2012), sobre o ativo circulante, é administrável no que diz respeito à sua liquidação, uma vez que, em sua boa parte, são relacionados aos valores dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco do Brasil - BB e aos dividendos declarados, ambos previstos no cronograma de caixa da Corumbá Concessões, mantendo inclusive, no que diz respeito ao BNDES/BB, o índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD.

No ano de 2012, a administração da Corumbá Concessões S.A realizou medidas importantes para realavancar a empresa. Dentre as medidas adotadas destacam-se a emissão de debêntures para resgate (*call*) do Fundo de Investimento em Participações Corumbá (FIP Corumbá), absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores através de redução de capital, além da efetiva renovação da Licença de Operação (L.O) 514/2005, sendo esta estendida até o ano de 2018. Enquanto as primeiras ações melhoraram significativamente o custo médio de capital da Companhia e sua capacidade de distribuição de dividendos, a renovação da L.O valida a estratégia sócio-ambiental da Companhia.

Notas Explicativas

- **Investco** (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – Empresa de capital aberto que tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A CEB, detém através de sua Controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 20% de ações preferenciais classe B.

  A Investco, juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado" cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n° 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

  A base para o cálculo da depreciação dos bens do empreendimento é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Investco para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

  O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Investco e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Administração entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

  Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(d) Outras Participações

- **BSB Energética S.A**. – É uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,00% do capital social da BSB Energética S.A.

1.3 Concessões das operações

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
Geração			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
Outros			
Companhia Brasiliense de Gás S/A - CEBGÁS	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

1.4 Negociação das ações em bolsas de valores

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa).

Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2013 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - "*International Accounting Standards"* nº 34 e com o Pronunciamento Técnico nº 21 (R1) emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata das informações contábeis intermediárias.

O CPC 21 (R1) (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, arquivadas em 28 de março de 2013, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – "*International Financial Reporting Standards"* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, exceto quanto ao descrito na Nota Explicativa n° 3 (i) e (ii), e que são decorrentes de mudança de práticas contábeis.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 27 de agosto de 2013.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de junho de 2013, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

3 ADOÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E RECLASSIFIÇÕES NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30/06/2013

Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012 foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) e CPC 19 (R2), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013. Além dos ajustes dos CPC's, também ocorreram reclassificações de saldos nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012 para melhor comparabilidade com as informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013. Tais ajustes seguem apresentados nos quadros abaixo:

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012 - Controladora

	Saldos divulgados em 31/12/2012	Perdas atuariais (CPC 33 (R1)) (i)	Saldos reapresentados em 31/12/2012
Ativo Circulante	**112.995**		**112.995**
Caixa e Equivalentes de Caixa	88.787		88.787
Contas a Receber	3.348		3.348
Estoques	929		929
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.661		8.661
Demais Créditos	11.270		11.270
Ativo não Circulante	**885.789**	**(165.240)**	**720.549**
Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.467		4.467
Demais Créditos	255		255
Investimentos	866.198	(165.240)	700.958

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos divulgados em 31/12/2012	Perdas atuariais (CPC 33 (R1)) (i)	Saldos reapresentados em 31/12/2012
Imobilizado	14.869		14.869
Ativo Total	**998.784**	**(165.240)**	**833.544**
Passivo Circulante	**31.941**		**31.941**
Fornecedores	2.972		2.972
Obrigações Tributárias	1.676		1.676
Empréstimos e Financiamentos	16.962		16.962
Obrigações Societárias	574		574
Obrigações Sociais e Trabalhistas	127		127
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	9.244		9.244
Demais Obrigações	386		386
Passivo Não Circulante	**374.981**		**374.981**
Passivo Fiscal Diferido	97.269		97.269
Empréstimos e Financiamentos	65.712		65.712
Demais Obrigações	212.000		212.000
Patrimônio Líquido	**591.862**	**(165.240)**	**426.622**
Capital Social	342.056		342.056
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969		11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	206.565		206.565
Reserva de Lucros	2.051		2.051
Prejuízos Acumulados		(165.240)	(165.240)
Dividendos Adicionais Propostos	29.221		29.221
Passivo Total	**998.784**	**(165.240)**	**833.544**

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012 - Consolidado

	Saldos divulgados em 31/12/2012	Ajustes		Saldos reapresentados em 31/12/2012
		Perdas atuariais (CPC 33 (R1)) (i)	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2))	
Ativo Circulante	**570.535**		**(2.285)**	**568.250**
Caixa e Equivalentes de Caixa	185.433		(3.143)	182.290
Contas a Receber	308.111		27	308.138
Aplicações Financeiras	9.805			9.805
Estoques	8.540			8.540
Tributos e Contribuições Compensáveis	25.372			25.372
Demais Créditos	33.274		831	34.105
Ativo não Circulante	**1.853.884**		**(29.596)**	**1.824.288**
Aplicações Financeiras	1.722		(1.722)	
Contas a Receber	98.462			98.462
Depósitos e Bloqueios Judiciais	11.768			11.768
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.897			8.897
Ativos Mantidos para Venda	1.714			1.714
Ativo Financeiro Indenizável	622.486			622.486
Demais Créditos	1.702			1.702
Investimentos	608.002		51.949	659.951

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos divulgados em 31/12/2012	Ajustes		Saldos reapresentados em 31/12/2012
		Perdas atuariais (CPC 33 (R1)) (i)	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2))	
Imobilizado	198.201		(79.709)	118.492
Intangível	300.930		(114)	300.816
Ativo Total	**2.424.419**		**(31.881)**	**2.392.538**
Passivo Circulante	**615.292**		**(5.889)**	**609.403**
Fornecedores	168.579		855	169.434
Obrigações Tributárias	98.912		(155)	98.757
Encargos Regulatórios	99.557		(170)	99.387
Empréstimos e Financiamentos	106.013		(2.744)	103.269
Obrigações Societárias	14.811			14.811
Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.021		(17)	29.004
Benefícios Pós Emprego	56.126			56.126
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	12.924			12.924
Demais Obrigações	29.349		(3.658)	25.691
Passivo não Circulante	**987.141**	**165.240**	**(25.992)**	**1.126.389**
Passivo Fiscal Diferido	136.157			136.157
Empréstimos e Financiamentos	315.813		(25.992)	289.821
Benefícios Pós Emprego	163.680	165.240		328.920
Encargos Regulatórios	109.881			109.881
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	41.253			41.253
Demais Obrigações	220.357			220.357
Patrimônio Líquido	**821.986**			**656.746**
Atribuível as acionista controlador	**591.862**			**426.622**
Capital Social	342.056			342.056
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969			11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	206.565			206.565
Reserva de Lucros	2.051			2.051
Prejuízos Acumulados		(165.240)		(165.240)
Dividendos Adicionais Propostos	29.221			29.221
Atribuível aos acionistas não controladores	**230.124**			**230.124**
Passivo Total	**2.424.419**	**165.240**	**(31.881)**	**2.392.538**

Conciliação do Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2012:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado – 31/12/2011		
Atribuível as acionista controlador	518.315	518.315
Atribuível aos acionistas não controladores		227.716
Patrimônio líquido total	**518.315**	**746.031**
Ajustes:		
Perdas atuariais reflexas (i)	(69.344)	(69.344)
Total	**(69.344)**	**(69.344)**
Atribuído a:		
Atribuível as acionista controlador	(69.344)	(69.344)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Atribuível aos acionistas não controladores		
Patrimônio líquido ajustado – 01/01/2012	**448.971**	**676.687**
Atribuído a:		
Atribuível as acionista controlador	448.971	448.971
Atribuível aos acionistas não controladores		227.716

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado – 31/12/2012		
Atribuível as acionista controlador	591.862	591.862
Atribuível aos acionistas não controladores		230.124
Patrimônio líquido total	**591.862**	**821.986**
Ajustes:		
Perdas atuariais reflexas (i)	(165.240)	(165.240)
Total	**(165.240)**	**(165.240)**
Atribuído a:		
Atribuível as acionista controlador	(165.240)	(165.240)
Atribuível aos acionistas não controladores		
Patrimônio líquido ajustado – 01/01/2013	**426.622**	**656.746**
Atribuído a:		
Atribuível as acionista controlador	426.622	426.622
Atribuível aos acionistas não controladores		230.124

No exercício de 2012, a periodicidade da avaliação atuarial foi anual e não trimestral como vem sendo feito no exercício de 2013.

Conciliação da demonstração do resultado para o período de três meses findo em 30 de junho de 2012 - Consolidado:

	Saldos divulgados em 30/06/2012	Ajustes			Saldos ajustados em 30/06/2012
		CPC 19 (R2)		Reclassificações	
		Investimento Controlado em Conjunto	Equivalência Patrimonial		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**387.532**	**(325)**			**387.207**
Custo com Energia Elétrica	(204.051)	(2.976)			(207.027)
Custo de Operação	(79.778)	(139)			(79.917)
Custo do serviço prestado a terceiros	(10.798)				(10.798)
Lucro Bruto	**92.905**	**(3.440)**			**89.465**
Receitas/ (Despesas) Operacionais	**(62.053)**	**1.287**	**1.438**	**(5.419)**	**(64.747)**
Despesas com vendas	(18.624)				(18.624)
Despesas gerais e administrativas	(45.752)	1.011			(44.741)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.135		1.438		6.573
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(2.812)	276		(5.419)	(7.955)
Outras Despesas Operacionais	(11.729)			(5.419)	(17.148)
Outras Receitas Operacionais	8.917	276			9.193

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos divulgados em 30/06/2012	Ajustes			Saldos ajustados em 30/06/2012
		CPC 19 (R2)		Reclassificações	
		Investimento Controlado em Conjunto	Equivalência Patrimonial		
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**30.852**	**(2.153)**	**1.438**	**(5.419)**	**24.718**
Receitas (Despesas) Financeiras	**(15.163)**	**594**		**5.419**	**(9.150)**
Receitas financeiras	8.162	(73)			8.089
Despesas financeiras	(23.325)	667		5.419	(17.239)
Lucro Operacional antes dos Tributos	**15.689**	**(1.559)**	**1.438**		**15.568**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**347**	**121**			**468**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(9.293)	122			(9.171)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	9.640	(1)			9.639
Lucro Líquido Consolidado do Período	**16.036**	**(1.438)**	**1.438**		**16.036**
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	10.520				10.520
Atribuído aos acionistas não controladores	5.516				5.516

Conciliação da demonstração do resultado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 - Consolidado:

	Saldos divulgados em 30/06/2012	Ajustes		Reclassificações	Saldos ajustados em 30/06/2012
		CPC 19 (R2)			
		Investimento Controlado em Conjunto	Equivalência Patrimonial		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**747.144**	**(2.479)**			**744.665**
Custo com Energia Elétrica	(401.577)	(5.873)			(407.450)
Custo de Operação	(161.912)	1.431			(160.481)
Custo do serviço prestado a terceiros	(20.272)				(20.272)
Lucro Bruto	**163.383**	**(6.921)**			**156.462**
Receitas/ (Despesas) Operacionais	**(92.255)**	**3.039**	**2.476**	**(7.535)**	**(94.275)**
Despesas com vendas	(21.038)				(21.038)
Despesas gerais e administrativas	(83.967)	348			(83.619)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.137		2.476		7.613
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	7.613	2.691		(7.535)	2.769
Outras Despesas Operacionais	(21.844)			(7.535)	(29.379)
Outras Receitas Operacionais	29.457	2.691			32.148
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**71.128**	**(3.882)**	**2.476**	**(7.535)**	**62.187**
Receitas (Despesas) Financeiras	**(26.246)**	**1.193**		**7.535**	**(17.518)**
Receitas financeiras	19.358	(156)			19.202
Despesas financeiras	(45.604)	1.349		7.535	(36.720)
Lucro Operacional antes dos Tributos	**44.882**	**(2.689)**	**2.476**		**44.669**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(7.405)**	**213**			**(7.192)**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(18.651)	213			(18.438)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	11.246	-			11.246
Lucro Líquido Consolidado do Período	**37.477**	**(2.476)**	**2.476**		**37.477**
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	27.746				27.746
Atribuído aos acionistas não controladores	9.731				9.731

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012:

	Saldos divulgados em 30/06/2012	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2))	Saldos ajustados em 30/06/2012
Atividade Operacional	(20.947)	(2.118)	(23.065)
Atividade de Investimento	38.246	378	38.624
Atividade de Financiamento	(28.321)	692	(27.629)

Conciliação da demonstração do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012- Consolidado

	Saldos divulgados em 30/06/2012	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2)) (ii)	Reclassificações	Saldos reapresentados em 30/06/2012
Receitas	**1.167.025**	**(2.901)**		**1.164.124**
Venda de Energia, Serviços e Outras Receitas	1.145.800	(2.901)		1.142.899
Provisão/Rev. para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.946			6.946
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado	14.279			14.279
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(567.614)**	**(2.373)**	**(7.535)**	**(577.522)**
Custos de Energia e Serviços Vendidos	(401.577)	(5.873)		(407.450)
Custos de Construção	(63.442)			(63.442)
Serviços de Terceiros	(80.197)	558		(79.639)
Material	(2.844)	1		(2.843)
Provisões/Reversões	(4.622)			(4.622)
Outros	(14.932)	2.941	(7.535)	(19.526)
Valor Adicionado Bruto	**599.411**	**(5.274)**	**(7.535)**	**586.602**
Retenções	**(22.109)**	**759**		**(21.350)**
Depreciação e Amortização	(22.109)	759		(21.350)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**577.302**	**(4.515)**	**(7.535)**	**565.252**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**24.495**	**2.320**		**26.815**
Receitas Financeiras	19.358	(156)		19.202
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.137	2.476		7.613
Valor Adicionado Total a Distribuir	**601.797**	**(2.195)**	**(7.535)**	**592.067**
Distribuição do Valor Adicionado	**601.797**	**(2.195)**	**(7.535)**	**592.067**
Empregados	**84.672**	**(188)**		**84.484**
Pessoal e Encargos	60.724	(187)		60.537
Benefícios	23.948	(1)		23.947
Impostos, Taxas e Contribuições	**408.617**	**(654)**		**407.963**
Federal	209.426	(635)		208.791
Estadual e Municipal	199.191	(19)		199.172
Remuneração de Capitais de Terceiros	**71.031**	**(1.353)**	**(7.535)**	**62.143**
Aluguéis	25.427	(4)		25.423
Despesas Financeiras	45.604	(1.349)	(7.535)	36.720
Remuneração de Capitais Próprios	**37.477**			**37.477**
Participação dos Acionistas Não Controladores	9.731			9.731
Lucros Retidos	27.746			27.746

Notas Explicativas

(i) Benefícios a empregados

O CPC 33 (R1) excluiu a opção de utilização do "método corredor" no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos. A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) na controlada CEB Distribuição S.A.. Em 1° de janeiro de 2013, o efeito reflexo na controladora relativo às perdas reconhecidas sobre o plano de previdência e o plano Assistencial totalizou R$ 165.240 (R$ 4.816 do plano de previdência e R$ 160.424 do plano assistencial). Vide Nota 20. Sobre o valor das perdas atuariais não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos, pois a controlada CEB Distribuição S.A não vem apresentando histórico de rentabilidade e lucro tributável sustentável que justifique o registro destes créditos tributários.

(ii) Empreendimento controlado em conjunto

O CPC 19 (R2) eliminou a prática da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento, os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participação em empreendimento controlado em conjunto na empresa Energética Corumbá III S/A.

(iii) Reclassificações

Itens	Demonstrações Contábeis	Saldos em 30/06/2012	Rubrica reclassificada	
			De	Para
Compensações por Descontinuidade de Energia (a)	DRE	(7.535)	Despesas Financeiras	Outras Despesas Operacionais
Compensações por Descontinuidade de Energia (b)	DVA	(7.535)	Despesas Financeiras	Insumos Adquiridos de Terceiros - Outras
Recuperação de Créditos Baixados – Perdas (a)	DRE	2.691	Receita Bruta / Receita Líquida	Outras Receitas Operacionais

a) Demonstração do Resultado

As rubricas "Recuperações de Créditos Baixados" e as "Compensações por Descontinuidade de Energia" que foram apresentadas como "Receita Operacional Bruta" e "Despesas Financeiras" no segundo trimestre de 2012 estão sendo reclassificadas para as rubricas "Outras Receitas Operacionais" e "Outras Despesas Operacionais", respectivamente, para melhor apresentação.

Notas Explicativas

b) Demonstração do Valor Adicionado

A rubrica "Compensações por Descontinuidade de Energia" que foi divulgada como "Despesas Financeiras" no segundo trimestre de 2012, está sendo reclassificada para a rubrica "Insumos Adquiridos de Terceiros – Outros".

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de Crédito

A Controlada CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

Demais Controladas e Coligadas e Controladas em conjunto – São empresas que possuem como principal cliente a CEB Distribuição. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela "A" das tarifas da distribuidora, garantindo o

Notas Explicativas

efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

(b) Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB Distribuição, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as informações contábeis intermediárias dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	216.992	188.783	28.209			
Obrigações Tributárias	238.928	104.834		134.094		
Encargos Regulatórios	242.117	57.368	66.543	118.206		
Empréstimos e Financiamentos	295.889	67.280	42.238	93.090	66.648	26.633
Obrigações Societárias	45.285	45.285				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.496	13.748	13.748			
Benefícios Pós Emprego	329.479	21.566	38.255	43.131	129.393	97.134
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	58.386		15.958	42.428		
Demais Obrigações	240.692	21.490		219.202		
Total	**1.695.264**	**520.354**	**204.951**	**650.151**	**196.041**	**123.767**

Notas Explicativas

(c) Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6 e 19, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

(c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP e IGPM. A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2014, as taxas CDI, TJLP e IGP-M serão de 9,56%, 5,00% e 5,56%, respectivamente. A Companhia fez uma analise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Possível	Remoto
CDI	11,95%	14,34%
TJLP	6,25%	7,50%
IGP-M	7,08%	8,49%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Alta do CDI	**Exposição (R$ mil)**	**Cenários Projetados – Base 30/06/2013**		
		Provável	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
		9,56%	**11,95%**	**14,34%**
	152.285	166.843	170.483	174.123
Efeito da Variação do CDI		(14.558)	(18.198)	(21.838)
Alta do CDI	**Exposição (R$ mil)**	**Cenários Projetados – Base 31/12/2012**		
		Provável	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
		7,06%	**8,83%**	**10,59%**
	225.948	241.900	245.888	249.876
Efeito da Variação do CDI		(15.952)	(19.940)	(23.928)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alta da TJLP	Exposição (R$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,00%	6,25%	7,50%
	98.916	103.862	105.098	106.335
Efeito da Variação da TJLP		(4.946)	(6.182)	(7.419)
Alta da TJLP	**Exposição (R$ mil)**	**Cenários Projetados – Base 31/12/2012**		
		Provável	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
		5,00%	**6,25%**	**7,50%**
	107.030	112.382	113.719	115.057
Efeito da Variação da TJLP		(5.352)	(6.689)	(8.027)

Alta do IGP-M	Exposição (R$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,56%	6,95%	8,34%
	44.688	47.173	47.794	48.415
Efeito da Variação do IGP-M		(2.485)	(3.106)	(3.727)
Alta do IGP-M	**Exposição (R$ mil)**	**Cenários Projetados – Base 31/12/2012**		
		Provável	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
		4,96%	**6,20%**	**7,44%**
	60.112	63.094	63.839	64.584
Efeito da Variação do IGP-M		(2.982)	(3.727)	(4.472)

Impactos no Resultado	30/06/2013	31/12/2012
Cenário Possível - Cenário Provável		
CDI	(3.640)	(3.988)
TJLP	(1.236)	(1.338)
IGP-M	(621)	(745)
Cenário Remoto - Cenário Provável		
CDI	(7.279)	(7.976)
TJLP	(2.473)	(2.676)
IGP-M	(1.242)	(1.491)

(d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB Distribuição está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela "A", mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e sua Controlada CEB Distribuição S.A desenvolveram análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução n° 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Em 30 de junho de 2013, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 30 de junho de 2014 será de R$ 2,20 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 30 de junho de 2014 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro. Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado para os próximos 12 meses, foram considerados os saldos da dívida em 30 de junho de 2013. Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 30 de junho de 2013.

Alta do dólar	**Exposição (R$ mil)**	**Cenários Projetados – Base 30/06/2013**		
		Provável	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
	2,1500	**2,2000**	**2,7500**	**3,3000**
	25.221	25.808	32.259	38.711
Efeito da Variação do Dólar		(587)	(7.038)	(13.490)
Alta do dólar	**Exposição (R$ mil)**	**Cenários Projetados – Base 31/12/2012**		
		Provável	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
	2,0446	**2,0500**	**2,5625**	**3,075**
	19.152	19.203	24.003	28.804
Efeito da Variação do Dólar		(51)	(4.851)	(9.652)
Impactos no Resultado			**30/06/2013**	**31/12/2012**
Cenário Possível - Cenário Provável Dólar			(6.452)	(4.801)
Cenário Remoto - Cenário Provável Dólar			(12.904)	(9.601)

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Notas Explicativas

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	30/06/2013	31/12/2012
Total dos empréstimos (Nota 19)	295.889	393.090
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(84.179)	(182.290)
Dívida líquida	**211.710**	**210.800**
Total do patrimônio líquido	371.453	426.622
Total do capital	**583.163**	**637.422**
Índice de alavancagem financeira - %	**36,30**	**33,07**

4.3 Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros do Grupo estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos de Crédito a Receber, Contas a Receber, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações Societárias, Benefícios Pós-Emprego e Encargos Regulatórios, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

(i) Classificação

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras (Notas 5 e 9).

Notas Explicativas

(b) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem principalmente Caixa e Bancos (Nota 5), Contas a receber (Nota 6) e Títulos de crédito a receber (Nota 8).

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são compostos pelo ativo financeiro indenizável da concessão. (Nota 12).

(e) Passivos financeiros

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e Financiamentos (Nota 19), Fornecedores (Nota 16) e Obrigações Societárias e Encargos Regulatórios (Nota 18).

(ii) Reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são

Notas Explicativas

reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho *("non-performance risk")*, incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os "inputs" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 3 — Os "inputs" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2013 e 31 dezembro 2012.

A seguir, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/06/2013			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	12.158	12.158	61.847	61.847
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	61	61	22.898	22.898
Contas a Receber	Custo Amortizado		5.573	5.573	335.373	335.373
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.169	1.169
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			636.642	636.642
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.902	2.902	216.992	216.992
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				295.889	295.889
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		29.794	29.794	45.285	45.285
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				249.446	249.446

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2012			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	88.761	88.761	145.595	145.595
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	26	26	46.500	46.500
Contas a Receber	Custo Amortizado		3.348	3.348	406.600	406.600
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.179	1.179
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			622.486	622.486
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.972	2.972	169.434	169.434
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		82.674	82.674	393.090	393.090
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		574	574	14.811	14.811
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				209.268	209.268

5 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Caixa e Bancos conta Movimento	61	26	22.898	46.500
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	12.158	88.761	61.281	135.790
Total	**12.219**	**88.787**	**84.179**	**182.290**

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 CONTAS A RECEBER

(a) Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			316.558	404.587
Títulos de Créditos a Receber			32.453	35.309
Serviços Prestados a Terceiros	24.467	22.242	28.836	28.472
Total a Receber Bruto	**24.467**	**22.242**	**377.847**	**468.368**
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(18.894)	(18.894)	(42.474)	(61.768)
Total a Receber Líquido	**5.573**	**3.348**	**335.373**	**406.600**
Circulante	**5.573**	**3.348**	**268.646**	**308.138**
Não Circulante			**66.727**	**98.462**

(b) Valores a receber por idade de vencimento

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30.06.2013	Total 31.12.2012
Classes de Consumidor					
Poder Público	6.971	2.049	38.701	47.721	84.079
Residencial	19.867	20.497	28.880	69.244	86.077
Comércio, Serviços e Outros	13.432	10.910	23.590	47.932	65.075
Iluminação Pública	5.389	5.401	26.331	37.121	32.552
Industrial	1.519	2.018	2.593	6.130	8.857
Rural	451	606	2.601	3.658	6.408
Serviço Público	2.020		1.254	3.274	6.395
Subtotal Consumidores	**49.649**	**41.481**	**123.950**	**215.080**	**289.443**
Fornecimento Não Faturado				73.577	97.694
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE				41.204	29.806
Serviço Prestado a Terceiros	3.351	55	21.061	24.467	22.242
Acordo CAESB (Nota 4*e*)				13.587	15.615
Parcelamentos a Faturar CP e LP				5.310	5.998
Concessionárias e Permissionárias	3.527		444	3.971	5.927
Serviço Taxado	367	303	479	1.149	1.374
Penalidades CCEAR				228	
Outros				1.223	1.520
Arrecadação a Classificar				(1.949)	(1.251)
TOTAL	**56.894**	**41.839**	**145.934**	**377.847**	**468.368**
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa				(42.474)	(61.768)
Contas a receber líquido	**56.894**	**41.839**	**145.934**	**335.373**	**406.600**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A redução do saldo do Contas a Receber em 30 de junho de 2013 foi impactada substancialmente pelos seguintes fatos:

(i) Baixa de contas a receber para perdas no montante de R$ 25.374 em contrapartida da baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa;

(ii) Redução da receita não faturada motivada pela redução na tarifa em razão da Lei 12.783/ 2012;

(iii) Arrecadação referente à energia de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R$ 26.394, recebido em janeiro e fevereiro de 2013; e

(iv) Baixa para perdas no montante de R$ 28.986, relativo a créditos do Governo do Distrito Federal vencidos há mais de 360 dias e considerados como incobráveis.

(c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
		Reapresentado		Reapresentado
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias			30.458	59.177
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias			25.860	25.846
Serviços Prestados a Terceiros - Vencidos há mais de 360 dias	19.741	19.472	19.741	19.472
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			10.648	16.575
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias			9.440	18.365
Serviço Público – Vencidos há mais de 360 dias			1.231	1.230
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias			791	1.775
Rural - Vencidos há mais de 360 dias			537	2.183
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias			444	1.852
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	(847)	(578)	(56.676)	(84.707)
Total	**18.894**	**18.894**	**42.474**	**61.768**

Em dezembro de 2012, a CEB registrou provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre fatura de serviço (Obra de iluminação pública) prestado. O motivo do provisionamento foi que a Secretária de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal não reconheceu a obrigação de liquidar a fatura em função de não haver nota de empenho e ordem de serviço autorizando a execução da obra. A CEB vem discutindo o assunto junto a

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Secretária de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal e envidando esforço no sentido de a dívida seja reconhecida e liquidada pelo Órgão do GDF.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Saldo em 31/12/2012	**61.768**
Adições	6.716
Baixa para perda - Lei N° 9.430/96	(25.374)
Reversões	(636)
Saldo em 30/06/2013	**42.474**

No exercício de 2012, iniciou-se o estudo de recuperação de débitos relativos à dedutibilidade fiscal das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica, segundo os critérios disciplinados pela Lei 9.430/96.

No decorrer do semestre encerrado em 30 de junho de 2013, a CEB D reconheceu como perdas o montante de R$ 21.579, fruto da conclusão dos ajustes e parametrizações feitos no sistema de faturamento, por fatura, dos consumidores inadimplentes. Outros critérios baseados na referida Lei e determinados pela Administração, estão em fase de adequações e desenvolvimento para num curto prazo serem aplicados.

(d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal cujo valor total monta em R$ 79.417 em 30 de junho de 2013 (R$ 106.847 em 31 de dezembro de 2012) compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. No segundo trimestre de 2013, após análise individualizada dos créditos a receber com o Governo do Distrito Federal, a CEB Distribuição S.A reconheceu uma perda no montante de R$ 28.986 por considerar tais créditos como incobráveis.

A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro abaixo.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento, não provisionados:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Saldos Vincendos	3.351	1.997	14.519	19.043
Vencidos até 90 dias	55	228	5.559	1.134
Vencidos de 91 a 360 dias	1.320	545	2.663	1.963
Vencidos há mais de 360 dias	847	578	56.676	84.707
Total	**5.573**	**3.348**	**79.417**	**106.847**

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias, sem provisão	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Secretarias de Governo do Distrito Federal	207	207	28.005	54.261
Administrações Regionais	436	167	27.275	29.133
Empresas do GDF	134	134	1.113	1.113
Outras	70	70	283	200
Total	**847**	**578**	**56.676**	**84.707**

(e) Acordo realizado com a Companhia de Água e Esgoto de Brasília - CAESB

Em agosto de 2011, a CEB D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos créditos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB, relativos a encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor dos créditos reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizadas pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir, o montante em 30 de junho de 2013:

Valor original do débito	**14.800**
Encargos Financeiros	7.539
Valor dívida reconhecida	**22.339**
Encargos a transcorrer	5.898
Valor do parcelamento na data do Acordo	**28.237**
Amortização	(13.530)
Ajuste a Valor Presente	(1.120)
Valor do parcelamento em 30/06/2013	**13.587**
Circulante	**6.574**
Não Circulante	**7.013**

O acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

(a) Resumo dos Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar (b)	6.232	7.653	20.035	15.394
Outros Tributos e Contribuições Compensáveis (b)	1.548	1.008	23.395	18.875
Total	**7.780**	**8.661**	**43.430**	**34.269**
Circulante	**7.780**	**8.661**	**34.533**	**25.372**
Não Circulante			**8.897**	**8.897**

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.146	4.041	3.574	4.091
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	702	815	5.073	3.094
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.384	2.797	11.388	8.209
Total	**6.232**	**7.653**	**20.035**	**15.394**
Circulante	**6.232**	**7.653**	**20.035**	**15.394**

(c) Outros Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			17.935	16.303
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	536		2.090	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	45	77	1.971	1.493
Programa de Integração Social - PIS	423	387	760	387
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Outros			95	148
Total	**1.548**	**1.008**	**23.395**	**18.875**
Circulante	**1.548**	**1.008**	**14.498**	**9.978**
Não Circulante			**8.897**	**8.897**

Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar n° 102/2000.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da Controlada CEB Distribuição S.A são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

(d) Ativos Fiscais Diferidos não Reconhecidos

A Companhia e sua Controlada CEB Distribuição S.A não registram os efeitos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. Segue abaixo o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2013:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Contingências Regulatórias			11.586	11.176
Contingências Cíveis			2.015	2.637
Contingências Trabalhistas	23	23	4.521	1.753
Contingências Fiscais	3.867	3.087	3.867	3.087
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados				1.437
Devedores Duvidosos	6.400	6.400	14.417	22.369
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pós-Emprego			79.830	37.804
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	35.613	35.278	35.613	35.278
Outras Provisões			33.392	32.351
Total	**45.903**	**44.788**	**185.241**	**147.892**

8 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Dividendo/JSCP s a Receber	10.943	10.436	14.855	9.789
Serviços em Curso (a)			8.622	5.421
Desativações em Curso (b)			6.109	5.572
Crédito com Empregados	82	16	4.625	793
Despesas Pagas Antecipadamente			4.052	6.510
Previdência Privada dos Empregados			3.314	2.913
Títulos de Crédito a Receber (c)			1.169	1.179
Coligadas e Controladas	2	255		
Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 (d)			10.519	
Outros Créditos	818	818	2.742	3.630
Total	**11.845**	**11.525**	**56.007**	**35.807**
Circulante	**11.843**	**11.270**	**54.331**	**34.105**
Não Circulante	**2**	**255**	**1.676**	**1.702**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

b) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.

c) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis das classes "A" e "B", emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.

d) Refere-se ao ressarcimento a receber de competência de junho de 2013 a ser efetuado pela Centrais Elétricas do Brasil – ELETROBRAS à controlada CEB Distribuição S.A., relacionado ao risco hidrológico, exposição involuntária e Encargos do Sistema por razão de segurança energética.

9 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	30/06/2013	**31/12/2012**
Aplicações Financeiras	566	9.805
Circulante	**566**	**9.805**

Em 17/10/2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em Assembleia Geral Extraordinária e decidiram exercer a opção de resgate da totalidade das ações preferenciais classe B de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB-Corumbá. Em virtude dessa opção, a CEB Participações S.A. resgatou em janeiro de 2013 94% das posições dos valores aplicados no fundo e os 6% restantes permaneceram para manutenção de contingências oferecidas em desfavor do Fundo.

10 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da Controlada CEB Distribuição S.A, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Ainda encontram-se registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	**31/12/2012**	**30/06/2013**	**31/12/2012**
Bloqueios Judiciais	3.803	3.794	4.948	4.852
Cauções	673	673	3.269	6.365
Depósitos Recursais			755	551
Total	**4.476**	**4.467**	**8.972**	**11.768**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado	
			30/06/2013	31/12/2012
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QI 20 Lote M - Guará	1.200 m²	20	20
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) Trecho 04 Quadra 10 - Lago Sul	1.600 m²	125	125
Terreno	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 - Setor Industrial, Taguatinga	1.040 m²	673	673
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial - Taguatinga	10.500 m²	896	896
Total			**1.714**	**1.714**

Estes ativos estão registrados pelo valor contábil, que é o menor valor na comparação com o valor justo menos despesas para venda, conforme disposto no item 15 do Pronunciamento Técnico CPC 31. Em 25 de maio de 2013, foi realizada uma avaliação do Terreno localizado à QI 10 Lote 38, Setor Industrial por empresa especializada que apurou um valor de mercado de R$ 20.875.

12 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

(a) Contrato de Concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da Companhia, e refere-se a infraestrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder concedente ao final da concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Considerando que essa alteração implicou, em média, em um alongamento da vida útil dos referidos bens, houve uma diminuição da amortização do ativo intangível e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, a remensuração da infraestrutura resultou, em 30 de junho de 2012, na reclassificação de R$ 24.344 da rubrica de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com o advento da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, a Administração entendeu que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão seria utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, ao final do prazo contratual da concessão.

Adotando essa nova estimativa, a Companhia recalculou o ativo financeiro conforme a Base de Remuneração Regulatória (BRR) do 3º. Ciclo de Revisão Tarifária, que ocorreu em agosto de 2012. Esse procedimento gerou um ajuste positivo no ativo financeiro de R$ 108.018 em 31 de dezembro de 2012, e no resultado de 2012 o valor de R$ 71.292, líquido dos efeitos tributários. A partir de 31 de dezembro de 2012, o ativo financeiro será movimentado pelas adições, atualizações e baixas, e remensurado sempre da ocorrência de um novo ciclo tarifário.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, pois a Administração entende que esta classificação é a mais adequada, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. Em 31 de dezembro de 2011, esse ativo financeiro estava classificado como empréstimos e recebíveis, avaliado a custo amortizado.

Conforme estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as variações na estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício. Portanto, com o advento da Medida Provisória n° 579/2012, confirmou-se que as variações no valor da indenização decorrentes da atualização monetária ou dos valores de reposição constituem-se em elemento do fluxo de caixa esperado e consequentemente devem ser registrados no resultado.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório serão reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 30 de junho de 2013, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2011	**374.965**
Adições	120.054
Baixas	(4.895)
Reclassificação Resolução ANEEL nº 474/12	24.344
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	108.018
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**622.486**
Adições	14.471
Baixas	(315)
Saldo em 30 de junho de 2013	**636.642**

Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

13 INVESTIMENTOS

(a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	**31/12/2012**	**30/06/2013**	**31/12/2012**
Avaliados por Equivalência Patrimonial	663.265	695.973	385.764	380.566
Propriedade para Investimento (i)			274.400	274.400
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.754	1.753	1.754	1.753
Total	**668.251**	**700.958**	**665.150**	**659.951**

(i) Propriedade para Investimento

Em 31de dezembro de 2012, a Controlada CEB D transferiu o imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, que estava registrado na rubrica “Bens Destinados a Venda” para a rubrica “Propriedade para Investimento”. Esta transferência atende ao Pronunciamento Técnico CPC 31, item 8, que determina que em caso de não realização da venda do bem no prazo de 1 ano, o bem deve ser reclassificado para o Imobilizado ou para o Investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao bem pela administração. Em agosto de 2012, a controlada CEB D realizou avaliação do imóvel a preço de mercado e conforme laudo emitido pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal, o valor de mercado do imóvel é de R$ 301.287. A Companhia entende que este valor avaliado está de acordo com a expectativa de mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	30/06/2013 Valor Contábil	31/12/2012 Valor Contábil
CEB Distribuição S.A	580.532	322.057	100,00	100,00	350.532.450	322.057	359.082
CEB Lajeado S.A	145.656	349.609	59,93	59,93	82.013.911	121.339	121.589
Corumbá Concessões S.A	218.966	228.732	45.20	9,30	256.009.911	103.413	101.444
Energética Corumbá III S.A	121.586	144.776	37,50	25,00	45.594.783	54.291	51.950
CEB Participações S.A	41.271	49.281	100,00	100,00	41.270.415	49.282	48.356
CEB Geração S.A	7.575	12.596	100,00	100,00	7.575.212	12.596	13.213
Companhia Brasiliense de Gás	4.271	1.698	17,00	51,00	30.600	287	339
Total						**663.265**	**695.973**

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	30/06/2013 Valor Contábil	31/12/2012 Valor Contábil
Corumbá Concessões S.A	218.966	228.732	47,55	9,30	256.009.911	108.780	106.708
Investco S.A	804.459	1.113.465	20,00	20,00	133.563.595	222.693	221.908
Energética Corumbá III S.A	121.586	144.776	37,50	25,00	45.594.783	54.291	51.950
Total						**385.764**	**380.566**

- **Informações financeiras resumidas**

Investidas	30/06/2013			31/12/2012		30/06/2012
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A	1.642.514	1.320.458	800.732	1.663.299	1.304.217	703.472
Corumbá Concessões S.A	686.881	458.149	66.697	691.680	467.304	65.100
CEB Lajeado S.A	389.152	39.543	52.879	473.012	122.956	56.378
Energética Corumbá III S.A	234.439	89.663	16.161	230.049	91.517	16.106
CEB Participações S.A	50.337	1.056	6.341	52.394	4.037	6.895
CEB Geração S.A	13.737	1.141	7.287	15.083	1.871	7.189
Companhia Brasiliense de Gás	2.221	523	2.234	2.582	586	2.633

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Investidas	Controladora							
	Períodos de três meses findos em				Períodos de seis meses findos em			
	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/06/2013	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2012
CEB Distribuição S.A	(48.594)	(48.594)	(5.363)	(5.363)	(82.438)	(82.438)	9.807	9.807
CEB Lajeado S.A	10.560	5.906	12.696	7.100	14.344	8.022	22.445	12.552
Energética Corumbá III S.A	3.761	1.411	3.833	1.438	4.789	1.796	6.600	2.476
CEB Geração S.A	986	986	1.724	1.724	2.841	2.841	3.472	3.472
Corumbá Concessões S.A	6.364	2.877	(1.339)	(496)	4.355	1.969	(7.910)	(2.924)
CEB Participações S.A	752	752	2.071	2.071	1.669	1.669	691	691
Companhia Brasiliense de Gás	(145)	(25)	(98)	(17)	(297)	(51)	(197)	(34)
Total	**(26.316)**	**(36.687)**	**13.524**	**6.457**	**(54.737)**	**(66.192)**	**34.908**	**26.040**

- **Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Controladora							
Investidas	**31/12/2012**	**Dividendos / Juros sobre Capital Próprio**	**Resultado de Equivalência Patrimonial**	**Equivalência Patrimonial Reflexa**	**Ganho/(Perda) na Variação de Percentual**	**Outros**	**30/06/2013**
CEB Distribuição S.A	359.082		(82.438)	45.413			322.057
CEB Lajeado S.A	121.589	(8.272)	8.022				121.339
Corumbá Concessões S.A	101.444		1.969				103.413
Energética Corumbá III S.A	51.949		1.796		(31)	577	54.291
CEB Participações S.A	48.356	(743)	1.669				49.282
CEB Geração S.A	13.213	(3.458)	2.841				12.596
Companhia Brasiliense de Gás	339		(51)				287
Total	**695.972**	**(12.473)**	**(66.192)**	**45.413**	**(31)**	**577**	**663.265**

Consolidado						
Investidas	**31/12/2012**	**Dividendos / Juros sobre Capital Próprio**	**Resultado de Equivalência Patrimonial**	**Ganho/(Perda) na Variação de Percentual**	**Integralização de Capital**	**30/06/2013**
Investco S.A	221.908	(6.350)	7.135			222.693
Corumbá Concessões S.A	106.708		2.072			108.780
Energética Corumbá III S.A	51.949		1.796	(31)	577	54.291
Total	**380.565**	**(6.350)**	**11.003**	**(31)**	**577**	**385.764**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Contas Patrimoniais	**30/06/2013**	**31/12/2012**
Caixa e equivalentes de caixa	6.793	8.383
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.869	3.055
Outros Créditos	1.175	1.155
Fundos Vinculados	4.691	4.593
Imobilizado	212.585	212.558
Intangível	5.326	305
Total de Ativos	**234.439**	**230.049**
Fornecedores	502	845
Tributos e Contribuições Sociais	418	408
Folha de Pagamento	5	8
Empréstimos e Financiamentos	73.068	76.632
Outras Obrigações	1.580	4.060
Dívidas com pessoas ligadas	9.069	9.564
Bens de Uso Público	5.021	
Patrimônio Líquido	144.776	138.532
Total Passivo + Patrimônio Líquido	**234.439**	**230.049**
Contas de Resultado	**30/06/2013**	**30/06/2012**
Receita Operacional Líquida	16.161	16.106
Custo com Energia	(2.613)	(663)
Custos de Operação	(4.650)	(4.231)
Despesas Operacionais	(871)	(861)
Despesas Financeiras, Líquidas	(2.678)	(3.182)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(559)	(569)
Lucro Líquido do Período	**4.790**	**6.600**

(d) Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outros acionistas no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

Contas Patrimoniais	**30/06/2013**	**31/12/2012**
Caixa e equivalentes de caixa	329	353
Outros Créditos	3.497	5.548
Imobilizado/Intangível	123.191	125.047
Total de Ativos	**127.017**	**130.948**
Fornecedores	3.077	6.267
Tributos e Contribuições Sociais	69	120
Outras Obrigações	7.194	7.470
Patrimônio Líquido	116.677	117.091
Total Passivo + Patrimônio Líquido	**127.017**	**130.948**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas informações consolidadas do grupo.

14 IMOBILIZADO

(a) Movimentação

	Controladora						
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31/12/2012	**13.130**	**1.098**	**874**	**97**	**148**	**2**	**15.349**
Saldo em 30/06/2013	**13.130**	**1.098**	**874**	**97**	**148**	**2**	**15.349**
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31/12/2012		**(129)**	**(223)**	**(97)**	**(31)**		**(480)**
Depreciação		(23)	(47)		(1)		(71)
Saldo em 30/06/2013		**(152)**	**(270)**	**(97)**	**(32)**		**(551)**
Imobilizado Líquido – 30/06/2013	**13.130**	**946**	**604**		**116**	**2**	**14.798**
Imobilizado Líquido – 31/12/2012	**13.130**	**969**	**651**		**117**	**2**	**14.869**
Taxas Anuais de Depreciação		**2,0% a 4,0%**	**3,3% a 6,7%**	**20%**	**10%**		

	Consolidado								
	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31/12/2012	**14.097**	**13.418**	**17.022**	**42.982**	**12.622**	**6.985**	**144**	**59.554**	**166.824**
Adições				2.388	1.817	1.046		35.629	40.880
Baixas				(4)					(4)
Transferências		410	(303)	(30)		(14)	20	(39.044)	(38.961)
Saldo em 30/06/2013	**14.097**	**13.828**	**16.719**	**45.336**	**14.439**	**8.017**	**164**	**56.139**	**168.739**
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31/12/2012		**(3.082)**	**(8.396)**	**(26.300)**	**(7.903)**	**(2.533)**	**(118)**		**(48.332)**
Depreciação		(145)	(254)	(871)	(588)	(243)	(1)		(2.102)
Transferências		(127)	164	(81)		(4)	2		(46)
Saldo em 30/06/2013		**(3.354)**	**(8.486)**	**(27.252)**	**(8.491)**	**(2.780)**	**(117)**		**(50.480)**
Imobilizado Líquido - 30/06/2013	**14.097**	**10.474**	**8.233**	**18.084**	**5.948**	**5.237**	**47**	**56.139**	**118.259**
Imobilizado Líquido - 31/12/2012	**14.097**	**10.336**	**8.626**	**16.682**	**4.719**	**4.452**	**26**	**59.554**	**118.492**
Taxas Anuais de Depreciação		**2,0% a 7,7%**	**2,0% a 4,0%**	**3,3% a 6,7%**	**20%**	**10%**			

Notas Explicativas

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

(b) Custo atribuído (Deemed Cost)

O Grupo optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost)* para determinamos grupos de ativos ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído a administração do Grupo avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º. de janeiro de 2009. Adicionalmente, vem sendo realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foram:

Terrenos	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2008	**1.442**	**1.442**
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 01 de janeiro de 2009	**297.186**	**297.186**
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	**286.087**	**286.087**
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2012, líquido do efeito fiscal	**188.817**	**188.817**
Saldo em 30 de junho de 2013, líquido do efeito fiscal	**188.817**	**188.817**

Os relatórios de avaliação gerados pelos especialistas datados de 31/03/2009 e 31/03/2011 foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Grupo, conforme requerido pelo estatuto social.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 INTANGÍVEL

Consolidado						
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31/12/2012	**238.899**	**90.229**	**50.435**	**2.854**	**158.946**	**541.363**
Adições	2.278	103.427	718	280		106.703
Baixas	(53)			(211)		(264)
Transferências		(14.478)				(14.478)
Obrigações Especiais	(32)	(36.854)				(36.886)
Saldo em 30/06/2013	**241.092**	**142.324**	**51.153**	**2.923**	**158.946**	**596.438**
Amortização Acumulada						
Saldo em 31/12/2012	**(158.055)**		**(41.283)**		**(41.209)**	**(240.547)**
Amortizações	(18.150)		(1.497)		(2.943)	(22.590)
Baixas	26					26
Transferências	(14)					(14)
Saldo em 30/06/2013	**(176.193)**		**(42.780)**		**(44.152)**	**(263.125)**
Intangível Líquido - 30/06/2013	**64.899**	**142.324**	**8.373**	**2.923**	**114.794**	**333.313**
Intangível Líquido - 31/12/2012	**80.844**	**90.229**	**9.152**	**2.854**	**117.737**	**300.816**

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

Direito de Exploração de Concessão de Geração - A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que foi decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe “R”, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Suprimento de Energia Elétrica			134.419	113.972
Materiais e Serviços	2.902	2.972	75.419	40.108
Encargos de Uso de Rede Elétrica			6.741	14.929
Fornecedores de Gás			413	425
Total	**2.902**	**2.972**	**216.992**	**169.434**

17 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Resumo das Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	97.269	97.269	140.521	140.748
Outros Tributos (c)	586	1.676	98.407	94.166
Total	**97.855**	**98.945**	**238.928**	**234.914**
Circulante	**586**	**1.676**	**104.834**	**98.757**
Não Circulante	**97.269**	**97.269**	**134.094**	**136.157**

(b) Imposto do Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	103.219	103.382
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.747	37.302	37.366
Total	**97.269**	**97.269**	**140.521**	**140.748**
Circulante			**6.438**	**4.803**
Não Circulante	**97.269**	**97.269**	**134.083**	**135.945**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A é o lucro real anual com antecipações mensais.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(69.269)	28.266	(69.269)	28.266	(56.513)	44.669	(56.513)	44.669
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(11.002)	(7.613)	(11.002)	(7.613)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(5.623)	(4.780)	(5.623)	(4.780)
Total do Resultado Tributado	**(69.269)**	**28.266**	**(69.269)**	**28.266**	**(73.138)**	**32.276**	**(73.138)**	**32.276**
Ajuste RTT					274.695	10.524	274.695	10.524
Equivalência Patrimonial	66.192	(26.040)	66.192	(26.040)				
Adições Permanentes, Líquidas	**(516)**	**8**	**31**	**8**	**34.008**	**18.717**	**34.008**	**18.717**
Adições Permanentes	**31**	**8**	**31**	**8**	**34.555**	**22.199**	**34.555**	**22.199**
Perdas - Outras					2.001	1.468	2.001	1.468
Perda com Créditos a Receber Acordo Brasil Telecom						5.955		5.955
Perdas sobre Contas a Receber - VM Lei 9430/96						4.212		4.212
Perda sobre Conta a Receber - Governo do Distrito Federal					28.986		28.986	
Encargos/Gratificações/Alimentação de Diretores					266	215	266	215
Contribuições não Compensatórias					38	30	38	30
Subvenção de Energia Elétrica					290	293	290	293
Amortização de Ágio sobre Investimentos					2.943	2.943	2.943	2.943
Excesso de Previdência Privada						7.075		7.075
Outras Adições	31	8	31	8	31	8	31	8
Exclusões Permanentes	**(547)**				**(547)**	**(3.482)**	**(547)**	**(3.482)**
Dividendos Recebidos	(547)				(547)		(547)	
Equivalência Patrimonial - Mudança de Método Custo para MEP	-					(3.482)		(3.482)
Exclusões Temporárias, Liquidas	**2.294**		**2.294**		**(285.754)**	**(8.254)**	**(285.754)**	**(8.254)**
Adições Temporárias	**2.294**		**2.294**		**38.041**	**62.277**	**38.041**	**62.277**
Reversão de Exclusão de Ganho de Capital 2011						31.721		31.721
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	2.294		2.294		6.354	3.381	6.354	3.381
Provisão de Benefício Pós-Emprego - Assistencial Aposentados					19.097	15.460	19.097	15.460
Provisão do Contrato de Arrecadação					2.031	1.463	2.031	1.463
Provisão para Devedores Duvidosos					6.717	6.198	6.717	6.198
Atualização Monetária - Superávit de Baixa Renda					3.176	3.775	3.176	3.775
Outras Adições					666	279	666	279
Exclusões Temporárias					**(323.795)**	**(70.531)**	**(323.795)**	**(70.531)**
Reversão de Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios					(1.484)	(1.537)	(1.484)	(1.537)
Reversão de Benefício Pós- Emprego Assistencial Aposentados					(15.316)	(12.958)	(15.316)	(12.958)
Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos					(24.827)	(43.361)	(24.827)	(43.361)
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros					(4.296)		(4.296)	
Reversão de Provisão para Contratos de Arrecadação					(2.146)	(700)	(2.146)	(700)
Constituição e Realização de Ativos e Passivos Regulatórios					(193.589)	(8.004)	(193.589)	(8.004)
Recuperação de Créditos Baixados como Perdas						(2.691)		(2.691)
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios					(82.137)	(1.279)	(82.137)	(1.279)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	**(1.299)**	**2.234**	**(752)**	**2.234**	**(50.189)**	**53.264**	**(50.189)**	**53.264**
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	-	(670)		(670)		(1.207)		(1.207)
Base de Cálculo	**(1.299)**	**1.564**	**(752)**	**1.564**	**(50.189)**	**52.057**	**(50.189)**	**52.057**
Alíquota Aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente					**(12.604)**	**12.939**	**(4.522)**	**4.685**
IRPJ/CSLL - Prejuízo Fiscal e Base Negativa não Constituídos					16.452		5.892	
IRPJ - Lucro Presumido					1.133	561	278	253
Ajustes IRPJ/CSLL - Exercício - 2012	1.549	379	511	141	1.588		525	
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	**1.549**	**379**	**511**	**141**	**6.569**	**13.500**	**2.173**	**4.938**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido						**(8.263)**		**(2.983)**

(*) Alíquota de 15% e 10% de Adicional para o IRPJ.

Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 15). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB Distribuição S.A., como aporte de capital e está registrado como propriedade para investimento. Outro evento que gerou o reconhecimento de passivo fiscal diferido foi o ganho sobre o registro do VNR (Valor Novo de Reposição) que foi registrado também na controlada CEB Distribuição S.A. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por ocasião da venda dos terrenos e pela realização do VNR.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	**31/12/2012**	**30/06/2013**	**31/12/2012**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	98.584	99.953
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.747	35.499	35.992
Total	**97.269**	**97.269**	**134.083**	**135.945**
Não Circulante	**97.269**	**97.269**	**134.083**	**135.945**

(c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	**31/12/2012**	**30/06/2013**	**31/12/2012**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS		40	85.668	75.831
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social- COFINS	89	872	5.425	9.186
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	169	197	1.996	1.949
Programa de Integração Social – PIS	20	189	1.171	1.985
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	13	20	1.110	919
Outros	295	358	3.037	4.296
Total	**586**	**1.676**	**98.407**	**94.166**
Circulante	**586**	**1.676**	**98.396**	**93.954**
Não Circulante			**11**	**212**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2013	**31/12/2012**
Superávit de Baixa Renda (a)	93.623	90.447
Contribuição de Iluminação Pública (b)	80.410	45.299
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (c)	53.163	47.509
Encargos do Consumidor a Recolher	1.492	15.754
Consumidores	13.429	10.259
Total	**242.117**	**209.268**
Circulante	**123.911**	**99.387**
Não Circulante	**118.206**	**109.881**

(a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

(b) Contribuição de Iluminação Pública

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.

(c) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A Controlada CEB Distribuição S.A., por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na

Notas Explicativas

aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	Consolidado	
	30/06/2013	**31/12/2012**
Programa de Eficiência Energética - PEE	33.830	29.853
Pesquisa e Desenvolvimento - P &D	18.557	16.641
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	517	678
Ministério de Minas e Energia – MME	259	337
Total	**53.163**	**47.509**

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		
Entidades	**30/06/2013**	**31/12/2012**	**30/06/2013**	**31/12/2012**	**Encargos**
ELETROBRÁS			44.688	60.112	Taxa. de Administração + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FINAME)			6.501	7.001	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO)			92.415	100.029	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Caixa Econômica Federal S.A			121.285	142.960	CDI + Juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A			31.000	314	129% do CDI CETIP (durante o período de utilização)
Caixa Econômica Federal S.A		85.648	85.648	85.648	CDI + spread de 0,28% a.m.
Custo da Transação		(2.974)		(2.974)	
Total		**82.674**	**295.889**	**393.090**	
Circulante		**16.962**	**108.252**	**103.269**	
Não Circulante		**65.712**	**187.637**	**289.821**	

(a) Garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB Distribuição S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes das dívidas classificadas no passivo não circulante em 30 de junho de 2013 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2014	52.111
2015	69.711
2016	22.849
2017	16.435
2018 em diante	26.531
Total	**187.637**

(b) Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**82.674**	**393.090**
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		31.000
Encargos Incorridos no Período	886	12.566
Encargos Financeiros Pagos	(1.534)	(13.640)
Amortizações de principal	(85.000)	(130.101)
Custo da Transação	2.974	2.974
Saldo em 30 de junho de 2013	**-**	**295.889**

20 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas na Nota 20 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

a) Planos de benefícios

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB Distribuição S.A.
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido	CEB Distribuição S.A.
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciários foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A CEB Distribuição S.A. mantém junto à FACEB dois planos previdenciários, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a empresa mantém para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB Distribuição S.A. tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB - Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB-Saúde está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Quanto aos planos previdenciários, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

	30/06/2013	31/12/2012
Plano de Previdência	84.853	98.441
Plano de Assistência	234.794	271.612
Programa de Demissão Voluntária	9.832	14.993
Total	**329.479**	**385.046**
Circulante	**59.821**	**56.126**
Não Circulante	**269.658**	**328.920**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes no resultado relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

	30/06/2013	30/06/2012
Previdência	1.841	1.731
Assistência	8.731	7.011
Total	**10.572**	**8.742**

b) Planos Previdenciário e Assistencial

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
Valor presente das obrigações atuariais	**30/06/2013**	**30/06/2013**
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	(1.274.671)	(274.311)
Custo do serviço corrente	(2.205)	(467)
Custo de juros	(18.865)	(4.060)
Ganhos/(Perda) atuariais	190.682	39.029
Benefícios Pagos pelo plano	9.788	5.014
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	**(1.095.271)**	**(234.795)**

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
Valor justo dos ativos do plano	**30/06/2013**	**30/06/2013**
Valor justo dos ativos do plano no início do período	1.105.950	
Retorno esperado dos ativos do plano	16.368	
Ganhos/(Perda) atuariais	(65.901)	
Contribuições do empregador	6.943	5.014
Contribuições do participante do plano	1.831	
Benefícios Pagos pelo plano	(9.788)	(5.014)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	**1.055.403**	

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
Valores reconhecidos no balanço patrimonial	**30/06/2013**	**30/06/2013**
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(39.868)	(234.795)
(Passivo)/Ativo líquido reconhecido no final do período	(165.536)	(275.362)
Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço		
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(168.721)	(274.311)
Contribuições aportadas no plano	6.943	5.014
Amortização de ganhos/(perdas) atuariais	124.781	39.029
Despesas do exercício	(2.871)	(4.527)
(Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	**(39.868)**	**(234.795)**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Plano Previdenciário

Em avaliação atuarial realizada em 31 de maio de 2013, o Plano Complementar de Benefícios Previdenciários apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R$ 1.095.271, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R$ 1.055.403 resultou em um déficit de R$ 39.868, sendo, portanto, inferior ao valor do passivo atuarial atualmente registrado, relativo ao Plano Previdenciário (R$ 84.849). Observa-se que o montante contabilizado pela CEB Distribuição S.A é suficiente para a cobertura da provisão total de benefícios pós-emprego do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado. Do ativo total informado pela FACEB (R$ 1.071.861) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R$ 2.906), exigível contingencial (R$ 4.109) e fundos (R$ 9.443), resultando no valor justo de R$ 1.055.403, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalta-se que o saldo do contrato de dívida junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciários se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31/05/2013, um déficit atuarial.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo das últimas avaliações estão listados no quadro abaixo.

	31/05/2013	31/03/2013	31/12/2012
Valor presente da Obrigação atuarial	1.095.271	1.274.670	1.236.263
Valor justo dos ativos do plano	(1.055.403)	(1.105.950)	(1.139.775)
Resultado	**39.868**	**168.720**	**96.488**

(ii) Plano Assistencial

A avaliação atuarial do plano Assistencial, posicionada na data-base de 31/05/2013, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R$ 234.795. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada em 31/05/2013 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R$ 8.466; b) passivo de longo prazo dos ativos: R$ 61.370; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R$ 11.738; e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R$ 153.221. O passivo líquido contabilizado em 31/05/2013 era de R$ 275.362 e, computadas as variações ocorridas em 2013, conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido em 31/05/2013 de R$ 234.795, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o plano Assistencial.

Considerando que a CEB Distribuição S.A já possui uma provisão para o plano Assistencial no montante de R$ 275.362, não se mostra necessária qualquer provisão adicional.

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
Valores reconhecidos na DRE	**30/06/2013**	**30/06/2013**
Custo do serviço corrente	(2.205)	(467)
Contribuições dos participantes	1.831	
Custo de juros	(18.865)	(4.060)
Rendimento esperado dos ativos do plano	16.368	
Total da (despesa)/receita reconhecida	(2.871)	(4.527)
Total da (despesa)/receita no período	**(2.871)**	**(4.527)**

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
Composição dos ativos	**30/06/2013**	**30/06/2013**
Disponível	0,25%	
Renda Fixa	81,71%	0,00%
Renda Variável	8,35%	0,00%
Investimentos estruturados	6,10%	0,00%
Investimentos Imobiliários	1,14%	0,00%
Empréstimos com Participantes	2,45%	0,00%
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	0,00%

iii) Premissas Atuariais

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
Premissas atuariais adotadas	**31/05/2013**	**31/12/2012**	**31/05/2013**	**31/12/2012**
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	5,25%	4,00%	5,25%	4,00%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	9,21%	10,20%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Capacidade real dos salários e dos benefícios	100,00%	100,00%		
Tábuas biométricas:				
Mortalidade geral		AT 83 por sexo		AT 83 por sexo
Entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927
Mortalidade de inválidos		IAPC		IAPC
Grupo de dependentes para pensão		Família média regional		Família média regional

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/05/2013	31/12/2012	31/05/2012	31/12/2012
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,21%	10,43%	N/A	N/A
Retorno real anual dos ativos do plano	9,21%	10,20%	N/A	N/A

c) Contrato de dívida atuarial (*)

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada "suplementar", pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 30 de junho de 2013:

	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2012	**91.672**	**28.889**	**62.783**
Amortização no trimestre	(6.809)	(6.809)	
Atualização no trimestre	3.278	1.065	2.213
Transferências para o circulante		9.001	(9.001)
Passivo em 31/03/2013	**88.141**	**32.146**	**55.995**
Amortização no trimestre	(7.307)	(7.307)	
Atualização no trimestre	2.610	910	1.700
Transferências para o circulante		6.396	(6.396)
Passivo em 30/06/2013	**83.444**	**32.145**	**51.299**

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar n° 109/2001 e Resolução CGPC n° 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo é a seguinte:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2013	31/12/2012
Contribuições para o plano	1.405	1.951
Contrato de dívida	83.444	91.672
Provisão Atuarial		4.816
Total	**84.849**	**98.439**

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra b. (ii). a) pactuado entre a Companhia e a FACEB.

d) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2012	**14.993**	**9.156**	**5.837**
Amortização no trimestre	(2.457)	(2.457)	
Atualização no trimestre	(258)		(258)
Transferências para o circulante		1.083	(1.083)
Passivo em 31/03/2013	**12.278**	**7.782**	**4.496**
Amortização no trimestre	(2.207)	(2.207)	
Atualização no trimestre	(239)		(239)
Transferências para o circulante		781	(781)
Passivo em 30/06/2013	**9.832**	**6.356**	**3.476**

21 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Regulatórias			34.076	32.940
Trabalhistas	96	96	6.442	5.263
Fiscais	11.442	9.148	11.442	9.148

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Cíveis			6.426	6.826
Total	**11.538**	**9.244**	**58.386**	**54.177**
Circulante	**11.538**	**9.244**	**15.958**	**12.924**
Não Circulante			**42.428**	**41.253**

(a) Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31/12/2012	**5.263**	**6.826**	**9.148**	**32.940**	**54.177**
Constituições de Provisão	1.113	191	2.294		**3.598**
Reversão de Provisão	(999)	(781)			**(1.780)**
Atualização Monetária	1.065	190		1.136	**2.391**
Saldo em 30/06/2013	**6.442**	**6.426**	**11.442**	**34.076**	**58.386**

(i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) Demandas Regulatórias

A Companhia vem buscando alternativas nas esferas administrativa, judicial e junto ao Órgão Regulador acerca de autuações por descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB Distribuição S.A., consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP e CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios classificadas como Possíveis

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza trabalhistas e cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de junho de 2013 é apresentado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Fiscais	21.529	21.529	21.529	21.529
Cíveis	200	200	1.886	1.786
Trabalhistas	20	22	254	120
Total	**21.749**	**21.751**	**23.669**	**23.435**

(i) Demandas Fiscais

Representam valores referentes às Contribuições Sociais de PIS e COFINS, que foram objeto de compensação com créditos existentes na Receita Federal por recolhimentos realizados a maior, e que, quando da solicitação da compensação através de PER/DCOMP estes não foram homologados pela Receita Federal. Os consultores legais da Companhia vêm buscando reverter a decisão da Receita Federal com a comprovação de que tais cobranças não procedem.

22 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	212.000	212.000	212.000	212.000
Parcelamento de Multa ANEEL			9.966	12.641
Adiantamento Eletrobrás - Aporte CDE (b)			7.329	
Arrendamento			3.525	4.556
Consignações a Favor de Terceiros	54	56	2.785	6.461
Retenção de Quotas RGR			724	724
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			682	1.100
Cauções e Garantia			570	668

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Adiantamentos de Clientes				3.720
Encargos Ex - Isolados Lei 12.111/09				690
Obrigações com Empresas Ligadas	16	330		
Outras Obrigações			3.111	3.488
Total	**212.070**	**212.386**	**240.692**	**246.048**
Circulante	**70**	**386**	**21.490**	**25.691**
Não Circulante	**212.000**	**212.000**	**219.202**	**220.357**

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que necessita de aprovação na assembleia de acionistas para que seja incorporado ao capital da Companhia. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

(b) Em 29 de maio de 2013, através do Despacho nº 1.711, a ANEEL autorizou o repasse antecipado pela Eletrobrás às Concessionárias de Distribuição, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, dos valores mensais homologados para a cobertura dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica e à redução equilibrada das tarifas, referentes às competências de maio a novembro de 2013. O valor antecipado foi de R$ 10.261 e o saldo de R$ 7.329 refere-se ao período de julho a novembro de 2013.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital autorizado é de R$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 342.056 (R$ 342.056 em 2012). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Capital Total em Ações	**30/06/2013**	**31/12/2012**
Ações Ordinárias	**4.576.432**	**4.576.432**
Ações Preferenciais	**4.607.026**	**4.607.026**
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
Total	**9.183.458**	**9.183.458**
Valor Patrimonial por Ação	**30/06/2013**	**31/12/2012**
Patrimônio Líquido	371.453	426.622
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.969)	(11.969)
Total	**359.484**	**414.653**
Quantidade de Ações	**9.183.458**	**9.183.458**
Valor Patrimonial por Ação - Em (R$)	**39,14**	**45,15**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

(i) Custo Atribuído (Deemed Cost)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R$ 195.191, líquido de efeitos tributários.
Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

(ii) Ganhos/Perdas na Variação de Percentual em Participações Societárias

Em dezembro de 2011, foi contabilizado em ajuste de avaliação patrimonial uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III, o valor desta perda foi de R$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial. Em abril de 2012, foi contabilizado nova perda no valor de R$ 29 em função dos aportes realizados pelos demais acionistas da Controlada não terem ocorrido na mesma proporção que os realizados pela Companhia. Em abril de 2013, ocorreu novo aporte de capital pelos acionistas, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista. Desta forma, a Companhia registrou perda no valor de R$ 31. O saldo acumulado desta perda em 30 de junho de 2013 é de R$ 906.

Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram e formalizaram a opção de compra da totalidade das ações preferência nominativa classe "B" de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na Coligada na rubrica de Ações em Tesouraria e gerou alteração na estrutura societária da Coligada, desta forma, a participação do Grupo na Coligada passou de 39,07% para 45,57% gerando um ganho na variação de percentual de R$ 18.623.

Em 30 de junho de 2013, a composição do saldo da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" é a seguinte:

	30/06/2013	31/12/2012
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A (a)	18.623	18.623
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III	(906)	(875)
Total	**206.534**	**206.565**

(c) Resultado do exercício

Até o período findo em 30 de junho de 2013, a Companhia apurou um prejuízo de R$ 71.330 (R$ 27.746 de lucro líquido em 30 de junho de 2012).

(d) Reserva de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às

Notas Explicativas

reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(f) Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da entidade consta no Art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

I - Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.
II - Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O Art. 10º apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: "[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.". Ainda, em Parágrafo único, no mesmo artigo "[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.". Conforme consta no Estatuto Art. 37 parágrafo 1º "Será sempre assegurado às ações preferenciais classe A, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2012 foi aprovada pela Administração da Companhia Energética de Brasília na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013, no montante de R$ 29.744. O valor do dividendo por ação a ser distribuído é de R$ 2,46640 por ação ordinária, R$ 4,59932 por ação preferencial Classe A e R$ 3,76926 por ação preferencial Classe B. A data aprovada para pagamento do dividendo relativo ao exercício de 2012 é até 31 de dezembro de 2013.

24 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S/A. Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo com a CEB Distribuição S/A. ;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília S.A - CEB Holding – que tem como atribuição a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasiliense de Gás S.A que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida consolidada total em 30 de junho de 2013.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de junho de 2013 e de 2012 estão incluídas abaixo:

	Período de três meses findos em											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**439.864**	**361.533**	**3.651**	**3.786**	**30.889**	**33.598**	**11.180**	**16.964**	**(29.863)**	**(28.674)**	**455.721**	**387.207**
Energia Elétrica comprada para Revenda	(251.259)	(198.432)	(715)		(2.992)				29.663	28.470	(225.303)	(169.962)
Encargos de uso da rede elétrica	(41.652)	(33.673)	(189)	(194)	(3.181)	(3.392)			189	194	(44.833)	(37.065)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	**(292.911)**	**(232.105)**	**(904)**	**(194)**	**(6.173)**	**(3.392)**			**29.852**	**28.664**	**(270.136)**	**(207.027)**
Pessoal	(44.311)	(42.258)	(295)	(225)	(749)	(793)	(1.009)	(360)			(46.364)	(43.636)
Entidade de Previdência Privada	(1.841)	(1.731)					(11)	(1)			(1.852)	(1.732)
Material	(1.386)	(1.300)	(13)	(29)	(5)	(11)	(21)	(21)			(1.425)	(1.361)
Serviço de Terceiros	(34.861)	(27.347)	(1.017)	(1.171)	(1.018)	(1.018)	(9.245)	(11.449)			(46.141)	(40.985)
Depreciação e Amortização	(10.646)	(8.163)	(90)	(88)	(1.647)	(1.645)	(106)	(89)			(12.489)	(9.985)
Provisões	3.220	(2.737)	(11)	(14)	(3)	106	(2.295)				911	(2.645)
Custo de Construção	(62.444)	(32.210)									(62.444)	(32.210)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(33.774)	(4.806)									(33.774)	(4.806)
Arrendamento					(9.596)	(12.403)					(9.596)	(12.403)
Outras	(2.419)	(9.392)	(323)	(304)	(299)	(1.360)	(1.144)	(1.226)	11	10	(4.174)	(12.272)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	**(188.462)**	**(129.944)**	**(1.749)**	**(1.831)**	**(13.317)**	**(17.124)**	**(13.831)**	**(13.146)**	**11**	**10**	**(217.348)**	**(162.035)**
Equivalência Patrimonial					3.727	5.630	(36.687)	6.456	40.976	(5.513)	8.016	6.573
RESULTADO BRUTO	**(41.509)**	**(516)**	**998**	**1.761**	**15.126**	**18.712**	**(39.338)**	**10.274**	**40.976**	**(5.513)**	**(23.747)**	**24.718**
Receita Financeira	4.994	5.912	167	131	805	824	362	900	396	322	6.724	8.089
Despesa Financeira	(12.079)	(16.645)	(10)	(6)	(46)	(35)	(6)	(231)	(396)	(322)	(12.537)	(17.239)
RESULTADO FINANCEIRO	**(7.085)**	**(10.733)**	**157**	**125**	**759**	**789**	**356**	**669**			**(5.813)**	**(9.150)**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**(48.594)**	**(11.249)**	**1.155**	**1.886**	**15.885**	**19.501**	**(38.982)**	**10.943**	**40.976**	**(5.513)**	**(29.560)**	**15.568**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(3.755)	(169)	(161)	(4.575)	(4.735)		(520)			(4.744)	(9.171)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		9.639									-	9.639
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	**(48.594)**	**(5.365)**	**986**	**1.725**	**11.310**	**14.766**	**(38.982)**	**10.423**	**40.976**	**(5.513)**	**(34.304)**	**16.036**
Atribuível ao Acionista Controlador											(38.838)	10.520
Atribuível aos Acionistas não Controladores											4.534	5.516
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receita Operacional Líquida	439.864	361.533	3.651	3.786	30.889	33.598	11.180	16.964			485.584	415.881
Receita entre Segmentos	(198)	(204)			(29.664)	(28.470)					(29.863)	(28.674)
Receitas com Clientes Externos	439.666	361.329	3.651	3.786	1.225	5.128	11.180	16.964			455.721	387.207

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de seis meses findos em											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**800.732**	**703.471**	**7.287**	**7.189**	**59.221**	**63.272**	**24.572**	**26.472**	**(57.680)**	**(55.739)**	**834.132**	**744.665**
Energia Elétrica comprada para Revenda	(499.728)	(388.896)	(715)		(10.722)				57.274	55.330	(453.891)	(333.566)
Encargos de uso da rede elétrica	(59.321)	(67.095)	(384)	(389)	(6.411)	(6.789)			384	389	(65.732)	(73.884)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	**(559.049)**	**(455.991)**	**(1.099)**	**(389)**	**(17.133)**	**(6.789)**			**57.658**	**55.719**	**(519.623)**	**(407.450)**
Pessoal	(82.785)	(78.642)	(538)	(420)	(1.489)	(1.507)	(1.900)	(674)			(86.712)	(81.243)
Entidade de Previdência Privada	(3.520)	(3.239)					(21)	(2)			(3.541)	(3.241)
Material	(2.295)	(2.743)	(13)	(50)	(16)	(13)	(34)	(37)			(2.358)	(2.843)
Serviço de Terceiros	(54.181)	(54.316)	(1.951)	(2.016)	(1.874)	(1.857)	(18.662)	(21.451)			(76.668)	(79.640)
Depreciação e Amortização	(21.003)	(17.699)	(179)	(178)	(3.299)	(3.303)	(211)	(169)			(24.692)	(21.349)
Provisões	(1.307)	(4.460)	(18)	(32)	(101)	(109)	(2.320)	(40)			(3.746)	(4.641)
Custo de Construção	(103.427)	(63.442)									(103.427)	(63.442)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(35.067)	6.946									(35.067)	6.946
Arrendamento					(19.193)	(24.806)					(19.193)	(24.806)
Outras	(8.707)	(1.681)	(617)	(587)	(2.436)	(3.581)	(2.150)	(2.553)	22	20	(13.888)	(8.382)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	**(312.292)**	**(219.276)**	**(3.316)**	**(3.283)**	**(28.408)**	**(35.176)**	**(25.298)**	**(24.926)**	**22**	**20**	**(369.292)**	**(282.641)**
Equivalência Patrimonial					7.237	8.060	(66.192)	26.040	69.957	(26.487)	11.002	7.613
RESULTADO BRUTO	**(70.609)**	**28.204**	**2.872**	**3.517**	**20.917**	**29.367**	**(66.918)**	**27.586**	**69.957**	**(26.487)**	**(43.781)**	**62.187**
Receita Financeira	12.839	16.186	313	297	4.018	1.785	1.222	943	(2.467)	(9)	15.925	19.202
Despesa Financeira	(24.615)	(35.840)	(16)	(19)	(2.620)	(409)	(3.873)	(461)	2.467	9	(28.657)	(36.720)
RESULTADO FINANCEIRO	**(11.776)**	**(19.654)**	**297**	**278**	**1.398**	**1.376**	**(2.651)**	**482**			**(12.732)**	**(17.518)**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**(82.385)**	**8.550**	**3.169**	**3.795**	**22.315**	**30.743**	**(69.569)**	**28.068**	**69.957**	**(26.487)**	**(56.513)**	**44.669**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(53)	(9.989)	(328)	(322)	(6.300)	(7.607)	(2.061)	(520)			(8.742)	(18.438)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		11.246									-	11.246
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	**(82.438)**	**9.807**	**2.841**	**3.473**	**16.015**	**23.136**	**(71.630)**	**27.548**	**69.957**	**(26.487)**	**(65.255)**	**37.477**
Atribuível ao Acionista Controlador											(71.330)	27.746
Atribuível aos Acionistas não Controladores											6.075	9.731
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receita Operacional Líquida	800.732	703.471	7.287	7.189	59.221	63.272	24.572	26.472			891.812	800.404
Receita entre Segmentos	(405)	(409)			(57.275)	(55.330)					(57.680)	(55.739)
Receitas com Clientes Externos	800.327	703.062	7.287	7.189	1.946	7.942	24.572	26.472			834.132	744.665

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(a) Receita Operacional Líquida

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			421.064	506.370
Energia de Curto Prazo			86.572	7.182
Receita de Construção			62.444	32.210
Receita de Prestação de Serviços	11.268	17.693	12.053	18.865
Suprimento de Energia			6.881	10.834
Arrendamento e Aluguéis			5.471	4.997
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			3.563	9.204
Receita de Venda de Gás			1.499	1.673
Outras Receitas			775	1.452
Receita Operacional Bruta	**11.268**	**17.693**	**600.322**	**592.787**
Impostos	(225)	(354)	(84.304)	(103.533)
Contribuições	(1.043)	(1.696)	(52.239)	(54.273)
Encargos do Consumidor			(8.058)	(47.774)
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(1.268)**	**(2.050)**	**(144.601)**	**(205.580)**
Receita Operacional Líquida	**10.000**	**15.643**	**455.721**	**387.207**

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			868.493	986.989
Receita de Construção			103.427	63.442
Energia de Curto Prazo			95.874	14.613
Receita de Prestação de Serviços	25.170	26.928	26.502	29.392
Suprimento de Energia			14.016	14.417
Arrendamento e Aluguéis			11.100	10.073
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			9.444	18.299
Receita de Venda de Gás			2.837	3.342
Outras Receitas			1.505	2.332
Receita Operacional Bruta	**25.170**	**26.928**	**1.133.198**	**1.142.899**
Impostos	(503)	(539)	(178.841)	(198.882)
Contribuições	(2.329)	(2.552)	(100.431)	(104.255)
Encargos do Consumidor			(19.794)	(95.097)
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(2.832)**	**(3.091)**	**(299.066)**	**(398.234)**
Receita Operacional Líquida	**22.338**	**23.837**	**834.132**	**744.665**

(*) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 30 de junho de 2013, o valor corresponde a R$ 47.748 (R$ 45.367 em 30/06/2012).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Energia elétrica comprada para revenda	(240.007)	(143.059)	(446.089)	(298.698)
Encargos de uso da rede elétrica	(43.225)	(65.918)	(65.732)	(73.883)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(35.577)	1.950	(56.476)	(34.869)
Aporte de Recursos da CDE (i)	48.674		48.674	
Total	**(270.135)**	**(207.027)**	**(519.623)**	**(407.450)**

(i) Aporte CDE – Decreto nº 7.945/2013

O custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e no 1º semestre de 2013 em função dos baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas sendo necessário o acionamento das térmicas que teve o custo mais elevado de geração de energia em razão da estiagem verificada no primeiro semestre de 2013. Anteriormente à edição do Decreto, o gasto com térmicas costumava ser repassado para as tarifas.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias não têm gerência sobre esses custos, o Governo Federal emitiu o Decreto n° 7.945, em 07 de março de 2013, que promove alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto n° 7.945: (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes; e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

i. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);

ii. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);

iii. cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iv. o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia) nos processos tarifários realizados nos doze meses subsequentes à data de 8 de março de 2013.

Os aportes de CDE relativos aos itens (i), (ii) e (iii) foram registrados a crédito do custo com energia elétrica em contrapartida na rubrica "Demais Créditos - Aporte CDE – Decreto nº 7.945/13 (Nota 8)". No semestre findo em 30 de junho de 2013, foi registrado o total de R$ 48.674 a título de ressarcimento de custos com base nas resoluções emitidas pela ANEEL nos períodos a que competem e recebidas conforme previsto nas respectivas resoluções pelos valores homologados. Em 30 de junho de 2013 o valor de R$ 10.519, registrado no contas a receber, possui previsão de recebimento em agosto de 2013, de acordo com a resolução ANEEL.

(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Custo de Construção - concessão			(62.444)	(32.210)
Pessoal e Administradores	(947)	(300)	(46.364)	(43.636)
Serviço de Terceiros	(9.142)	(11.363)	(40.822)	(41.207)
(Provisão)/Reversão/Perdas de Devedores Duvidosos (i)			(33.774)	(4.806)
Depreciação e Amortização	(36)	(15)	(12.490)	(9.986)
Arrendamento			(9.596)	(12.403)
Entidade de Previdência Privada	(11)		(1.852)	(1.732)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(1.432)	(1.344)
Material	(20)	(20)	(1.425)	(1.361)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(916)	(798)
Propaganda e Publicidade				(115)
Outras Despesas	(49)	(22)	(6.253)	(4.482)
Total	**(10.205)**	**(11.720)**	**(217.368)**	**(154.080)**
Classificados como:				
Custo da Operação			**(109.094)**	**(79.917)**
Custo dos Serviços Prestados	**(6.886)**	**(9.616)**	**(8.621)**	**(10.798)**
Despesas com Vendas			**(49.438)**	**(18.624)**
Despesas Gerais e Administrativas	**(3.319)**	**(2.104)**	**(50.215)**	**(44.741)**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Custo de Construção - concessão			(103.427)	(63.442)
Pessoal e Administradores	(1.776)	(568)	(86.712)	(81.243)
Serviço de Terceiros	(18.487)	(21.294)	(76.668)	(79.639)
(Provisão)/ Reversão/Perdas de Devedores Duvidosos (i)			(35.067)	6.946
Depreciação e Amortização	(71)	(30)	(24.692)	(21.350)
Arrendamento			(19.193)	(24.806)
Entidade de Previdência Privada	(21)		(3.541)	(3.241)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(3.218)	(3.560)
Material	(32)	(36)	(2.358)	(2.843)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(1.832)	(1.596)
Propaganda e Publicidade				(339)
Outras Despesas	(106)	(104)	(12.093)	(10.297)
Total	**(20.493)**	**(22.032)**	**(368.801)**	**(285.410)**
Classificados como:				
Custo da Operação			**(196.460)**	**(160.481)**
Custo dos Serviços Prestados	**(14.180)**	**(17.885)**	**(16.704)**	**(20.272)**
Despesas com Vendas			**(65.173)**	**(21.038)**
Despesas Gerais e Administrativas	**(6.313)**	**(4.147)**	**(90.464)**	**(83.619)**

(i) Inclui a baixa para perdas relativo a débitos do Governo do Distrito Federal vencido a mais de 360 dias considerado como incobrável em razão da prescrição no montante de R$ 28.986 (Nota 6 (d)).

(d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			8.546	7.489
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			4.296	
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			2.736	276
Ressarcimento das CCErs			1.375	
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios			721	102
Ganho na Baixa de Bens			7	1.304
Outras Receitas	(1)		116	22
Subtotal	**(1)**		**17.797**	**9.193**
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(9.549)	(7.730)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(4.875)	(5.419)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(2.295)		(3.933)	(2.269)
Multas ANEEL			(251)	(1.493)
Outras Despesas			830	(237)
Subtotal	**(2.295)**		**(17.778)**	**(17.148)**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	**(2.296)**		**19**	**(7.955)**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			15.316	12.958
Ressarcimento das CCErs			6.694	
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			5.133	2.691
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			4.296	
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	17		1.790	2.199
Ganho na Baixa de Bens			(13)	14.279
Outras Receitas	60		825	21
Subtotal	**77**		**34.041**	**32.148**
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(19.097)	(15.460)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(8.858)	(7.535)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(2.295)		(5.990)	(3.381)
Multas ANEEL			(526)	(2.045)
Outras Despesas	(43)	(40)	(61)	(958)
Subtotal	**(2.338)**	**(40)**	**(34.532)**	**(29.379)**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	**(2.261)**	**(40)**	**(491)**	**2.769**

(e) Resultado Financeiro

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Receitas Financeiras				
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			3.235	2.968
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos		(31)	2.295	3.074
Rendimentos de Aplicações Financeiras	60	131	1.067	1.108
Receita de Dividendos	295	682	295	682
Multas e Penalidades Aplicadas			203	439
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(396)	(322)
Outas Receitas Financeiras	1	109	25	140
Subtotal	**356**	**891**	**6.724**	**8.089**
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas			(5.469)	(8.561)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos		(51)	(4.603)	(4.605)
Atualização de Benefício pós-emprego			(1.272)	(1.485)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(1.107)	(1.740)
Outras Despesas Financeiras	(6)	(180)	(86)	(848)
Subtotal	**(6)**	**(231)**	**(12.537)**	**(17.239)**
Resultado Financeiro	**350**	**660**	**(5.813)**	**(9.150)**

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	4		5.757	8.934
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			6.256	5.972
Rendimentos de Aplicações Financeiras	658	131	2.643	2.030
Multas e Penalidades Aplicadas			667	1.154
Receita de Dividendos	547	682	547	937
Outas Receitas Financeiras	2	109	55	175
Subtotal	**1.211**	**922**	**15.925**	**19.202**
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	(886)	(9)	(12.049)	(18.631)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos		(236)	(9.483)	(11.034)
Custo de Transação (Empréstimos e Financiamentos)	(2.972)		(2.972)	
Atualização de Benefício pós-emprego			(2.593)	(3.536)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(1.107)	(1.740)
Outras Despesas Financeiras	(14)	(216)	(453)	(1.779)
Subtotal	**(3.872)**	**(461)**	**(28.657)**	**(36.720)**
Resultado Financeiro	**(2.661)**	**461**	**(12.732)**	**(17.518)**

26 LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	**(38.838)**	**10.520**	**(71.330)**	**27.746**
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(19.354)	5.242	(35.545)	13.826
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(19.484)	5.278	(35.785)	13.920
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	4.576	4.576	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas e diluídas	4.607	4.607	4.607	4.607
Lucro (Prejuízo) por ação – R$:				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(4,2293)	1,1456	(7,7677)	3,0214
Ações preferenciais - básicas e diluídas	(4,2293)	1,1456	(7,7677)	3,0214

27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Remuneração	141	125	563	545
Demais Benefícios de Curto Prazo	188	58	311	185
Total	**329**	**183**	**874**	**730**

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Remuneração	270	240	1.115	1.079
Demais Benefícios de Curto Prazo	333	124	575	376

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total	**603**	**364**	**1.690**	**1.455**

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

(c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

(i) Operações da Controladora com suas controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Controladora	
		30/06/2013	31/12/2012
Ativo		**16.518**	**14.039**
Contas a Receber, líquida da PDD		**5.573**	**3.348**
Governo do Distrito Federal	**a**	5.573	3.348
Demais Ativos		**10.945**	**10.691**
Dividendos/JSCP	**b**	10.943	10.435
CEB Geração S/A			659
CEB Lajeado S/A		10.720	7.526
CEB Participações S.A			743
Energética Corumbá III S/A			1.284
Corumbá Concessões S/A		223	223
Outras Operações		**2**	**256**
CEB Distribuição S/A	**c**	2	256
Passivo		**664**	**86.549**
Empréstimos			**85.551**
CEB Lajeado S/A	**d**		85.551
Demais Obrigações		**664**	**998**
CEB Distribuição S/A	**e**	647	669
CEB Distribuição S/A	**f**	17	329

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Controladora			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
		30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Receitas		**11.268**	**17.693**	**22.338**	**26.928**
Receita de Prestação de Serviços		**11.268**	**17.693**	**25.170**	**26.928**
Governo do Distrito Federal	**g**	**11.268**	**17.693**	25.170	26.928
Despesas		**11**	**11**	**908**	**29**
Despesas Financeiras				**886**	**9**
Juros de empréstimos				**886**	**9**
CEB Lajeado S.A	h			886	9
Outras Despesas		**11**	**11**	**22**	**20**
Despesa de Locação de Imóvel		11	11	**22**	**20**
CEB Distribuição S.A	**i**	**11**	**11**	22	20

a) Representa valores a receber por serviços prestados de Iluminação Púbica ao Governo do Distrito Federal.

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.

c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram créditos em conta corrente da CEB Distribuição S.A..

d) Valor do empréstimo captado pela CEB Lajeado S.A. e repassado a CEB para cumprir compromisso de subscrição de ações conforme resolução ANEEL.

e) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB Distribuição S.A. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais

f) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB Distribuição S.A.

g) Representa a receita do serviço de iluminação pública e manutenção por serviços prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF.

h) Valor de encargos financeiros sobre repasse de empréstimo realizado pela controlada CEB Lajeado S.A a CEB.

i) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M. Os valores são acordados entre as partes e o contrato e as renovações têm a anuência do órgão regulador.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Consolidado	
		30/06/2013	31/12/2012
Ativo		**95.054**	**116.124**
Contas a Receber, Liquida da PDD		**79.671**	**107.189**
Corumbá Concessões S/A	**a**	201	270
Energética Corumbá III S/A	**a**	53	72
Governo do Distrito Federal	**b**	79.417	106.847
Demais Ativos		**15.383**	**8.935**
Dividendos/JSCP	**c**	**14.853**	**8.503**
Corumbá Concessões S/A		233	233
Investco S/A		14.620	8.270
Outras Operações		**530**	**432**
Governo do Distrito Federal	**d**	530	432
Passivo		**333.868**	**275.190**
Fornecedores		**98.873**	**58.819**
Corumbá Concessões S/A	**e**	14.594	10.380
Energética Corumbá III S/A	**e**	3.869	3.055
Governo do Distrito Federal	**f**	80.410	45.384
Dividendos		**22.995**	**4.371**
Governo do Distrito Federal	**g**	22.995	4.371
Outras Obrigações		**212.000**	**212.000**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – Governo do Distrito Federal	**h**	212.000	212.000

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
		30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Receitas		**83.457**	**83.742**	**159.171**	**150.507**
Receita de Comercialização de Energia	**i**	**715**	**1.068**	**1.609**	**2.190**
Corumbá Concessões S/A		604	871	1.269	1.742
Energética Corumbá III S/A		111	197	340	448
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		**82.450**	**82.674**	**157.045**	**147.723**
Governo do Distrito Federal	**j**	82.450	82.674	157.045	147.723
Receita de Dividendos		**292**		**517**	**594**
BSB Energética S.A	**k**	292		517	594
Despesas		**70.630**	**38.568**	**108.893**	**75.875**
Energia Comprada para Revenda		**41.644**	**38.568**	**79.907**	**75.875**
Corumbá Concessões S/A	**l**	32.927	30.471	63.077	60.001
Energética Corumbá III S/A	**l**	8.717	8.097	16.831	15.874
Perdas com Contas a Receber		**28.986**		**28.986**	
Governo do Distrito Federal	m	28.986		28.986	

Notas Explicativas

a) As empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá S.A são cessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB Distribuição S.A) e serviços de iluminação pública e manutenção (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao Governo do Distrito Federal - GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público. Em 2011 a CEB Distribuição S/A firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R$ 20.478 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das coligadas.

d) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB Distribuição S.A.. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
e) A CEB Distribuição S.A. tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com a empresa Corumbá Concessões S.A, com prazo de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.

f) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar n° 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB Distribuição S.A na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores e repassada mensalmente ao GDF.

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

h) Representa o valor dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) realizado do Governo do Distrito Federal – GDF, para aportes no capital da Companhia Energética de Brasília – CEB.

i) A empresa Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III são cessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.
j) Representa a receita do serviço de iluminação pública, manutenção e fornecimento de energia elétrica ao GDF.

k) Representa a receita de dividendos recebido do investimento em participação societária na empresa BSB Energética S.A.

l) Refere-se a receita auferida pela CEB Distribuição S.A pelo serviço de suprimento de energia a empresa Corumbá Concessões S.A..

Notas Explicativas

m) Representa a perda por baixa de faturas de órgãos do Governo do Distrito Federal vencidas há mais de 360 dias, cujos créditos foram considerados incobráveis.

(iii) Operações com a FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB. Vide detalhes das transações na Nota 20.

(d) Acordo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB Distribuição S.A, por meio da Resolução nº 378 autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal - SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal - GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB Distribuição S.A. para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos para ambos, apenas troca de benefícios.

28 SEGUROS (não revisado)

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 30 de dezembro de 2013 (CEB Distribuição S.A) e até 1 de fevereiro de 2014 (CEB Geração S.A), por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R$ 910 com um total segurado de R$ 369.370.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

29 EVENTO SUBSEQUENTE

Nos dias 21 e 23 de agosto de 2013, a Companhia publicou comunicados ao mercado informando aos acionistas e aos demais segmentos do mercado de capitais que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Homologatória N° 1.589, de 20 de agosto de 2013, homologou o seguinte:

(i) o reajuste tarifário médio de 6,10% para a controlada CEB Distribuição S.A., que entra em vigor a partir de 26 de agosto de 2013;

(ii) o valor total de R$ 94.616, a ser repassado pela Centrais Elétricas do Brasil – Eletrobras à CEB Distribuição S.A., em parcela única, até o 10° dia útil contado da publicação da referida Resolução Homologatória, valor este para cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de

Notas Explicativas

Variação de Valores de Itens da Parcela "A" – CVAs correspondentes à aquisição de energia e ao Encargo de Serviço do Sistema – ESS; e

(iii) o valor mensal R$ 1.763 de subvenção da CDE para custear descontos tarifários, a ser repassado no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014 até o 10° dia útil do mês subseqüente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço de energia elétrica.

Brasília, 27 de agosto de 2013.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

EULER GUIMARÃES SILVA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO ELESBÃO LIMA DA SILVA
Contador
CRC – DF 9.658/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Brasília - CEB
Brasília - DF

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília - CEB ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases
Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o assunto divulgado na Nota Explicativa n° 6.d, referente aos faturamentos correspondentes ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, bem como aos valores relativos aos encargos por pagamentos em atraso, que não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica "Contas a receber", cujo saldo, em 30 de junho de 2013, totaliza R$ 79 milhões. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a controlada CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes às atividades operacionais e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa n° 1.2.a. As informações contábeis intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da controlada continuar operando.

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a coligada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 30 de junho de 2013, situação financeira desfavorável, representada por capital circulante negativo no montante aproximado de R$ 19,7 milhões. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa coligada. Os planos da Administração relacionados à continuidade das operações dessa coligada estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2.c. As informações contábeis intermediárias da referida coligada, utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da coligada continuar operando.

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a controlada Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2.a, entrou em operação parcial em 8 de fevereiro de 2007, por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores. Para que essa operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil-Bolívia ao Distrito Federal. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. As informações contábeis intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a controlada não conseguir viabilizar suas operações de forma plena.

Reapresentação dos valores correspondentes a informações contábeis comparativas
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, em decorrência da mudança de política contábil relacionados aos Pronunciamentos Técnicos CPC 33 (R1) e CPC 19 (R2), os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 27 de agosto de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC 1SP175348/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:
(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 2º trimestre de 2013, encerrado em 30 de junho de 2013; e,
(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 2º trimestre de 2013, encerrado em 30 de junho de 2013.

Brasília, 27 de agosto de 2013.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

EULER GUIMARÃES SILVA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:
(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 2º trimestre de 2013, encerrado em 30 de junho de 2013; e,
(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 2º trimestre de 2013, encerrado em 30 de junho de 2013.

Brasília, 27 de agosto de 2013.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

EULER GUIMARÃES SILVA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores